

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAEL DOS SANTOS ALCANTARA

**O LUGAR DA POLÍTICA EM *PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL*: A
POLITICIDADE ENQUANTO UM MODELO DA PRÁXIS**

Marília
2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAEL DOS SANTOS ALCANTARA

**O LUGAR DA POLÍTICA EM *PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL*: A
POLITICIDADE ENQUANTO UM MODELO DA PRÁXIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho.

Orientadora: Prof.^a Dra. Angélica Lovatto.

Marília
2019

A347l Alcantara, Rafael dos Santos
O lugar da política em Para uma ontologia do ser social : a
politicidade enquanto um modelo de práxis / Rafael dos Santos
Alcantara. -- Marília, 2019
86 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Angélica Lovatto

1. Ontologia. 2. Política. 3. Ideologia. 4. Práxis. 5. Emancipação
humana. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RAFAEL DOS SANTOS ALCANTARA

**O LUGAR DA POLÍTICA EM *PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL*: A
POLITICIDADE ENQUANTO UM MODELO DA PRÁXIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dra. Angélica Lovatto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília

Prof. Dr. Anderson Deo
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Marília, 31 de outubro de 2019.

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo.” (MARX)

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe Fátima da Silva Santos pela sua coragem e bravura de todos os dias e que sempre me surpreende. Também agradeço a todos meus familiares, tais como meu pai Hamilton da Silva Alcântara pela esperança e valentia do qual sempre me admira; ao meu irmão Rodrigo pelos longos debates e pelos momentos de superação do quais compartilhamos; aos meus irmãos Rodolfo, Gabriel e Vitória pelo amor e carinho, assim como para toda minha família.

Agradeço também aos amigos Marcelo de Marchi Mazzoni, Felipe Luiz, Carlos Eduardo Facirolli, Marcus de Marchi, Eder Renato, ao Fábio Simão Oliveira, Alice Covizzi, Fabrício Pizzeli, Alexandre Tuma Junior, Gabriel Von Prata, a Júlia Erika, ao Diego Marques, e a Suelen Santana Amaral, além de tantos outros que passaram pela moradia da UNESP/FFC – especialmente aos da casa 5 – pelos momentos que renderam longos dias e noites de diálogo, problemas e diversão. Certamente formamos uma grande família.

Um agradecimento especial aos amigos Cristina Francez e Luiz Felipe Francez que acreditaram em mim em momentos tão difíceis. Sempre é uma grande satisfação rir e conversar na presença de amigos tão queridos.

Agradeço minha orientadora Dra. Angélica Lovatto por acreditar em minha capacidade de contribuir enquanto pesquisador e para construção de uma sociedade mais justa.

Agradeço também ao professor Dr. Marcos Tadeu Del Roio e que esteve na banca de qualificação contribuindo para o enriquecimento dessa dissertação.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Anderson Deo e ao professor Dr. Antônio Carlos Mazzeo que me deram a oportunidade de compartilhar o conhecimento sobre esta pesquisa. Certamente é uma honra tê-los como mentores.

E por último, mas não menos importante, agradeço a minha Namorada Beatriz Camilla Neves pelo incentivo e pelo carinho que é sempre especial.

Dedico também aos revolucionários dos quais me inspiro todos os dias.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta analisar o lugar da política na última grande obra de György Lukács intitulada *Para uma Ontologia do Ser Social*. Nossa hipótese é que Lukács, ao abordar a questão da práxis política como um complexo do ser social, colocou questões que permitiram abordar esse tema de uma maneira mais ampla e profunda sobre os desdobramentos da dinâmica social, de tal forma que não se restringiu a questões ligadas a formas de Estado e/ou formas de gestão das instituições políticas. Assim, a política terá uma constante relação da imediatividade social com a generidade humana, pois através dessa objetivação se desenvolverá possibilidades para um salto qualitativo para transformação da superestrutura social. Além disso, essa transformação do mundo objetivo, que tem seu fundamento ontológico no trabalho, permitirá um vínculo dialético entre o mundo material e as capacidades subjetivas, de modo em que transforme a atividade humana consciente e operativa. Deste modo, analisaremos quais os vínculos que permitem Lukács analisar o papel da categoria da política como uma das objetivações centrais na construção das relações sociais.

Palavras-chave: Ontologia. Ideologia. Política. Práxis. Socialismo. Emancipação humana.

ABSTRACT

This paper has as propose to analyse the position of the politics in the last great work of György Lukács named The Ontology of Social Being. Our hypothesis is that Lukács, when approaching the issue of politics praxis as a complex of the social being, has put questions that permitted broach the theme in a broader and profound manner about the unfoldings of social dynamics, in such a way that, was not restricted to issues connected to forms of State and/or forms of management of political institutions. Therefore, the politics will have a constant relation of the social immediacy with the human genericity, because through this objectification it will develop possibilities for a qualitative leap to the transformation of the social superstructure. Furthermore, this transformation of the objective world, that has its ontological fundament on labour, will enable a dialectic tie between the material world and the subjective capacities, in a way that transforms the human activity conscious and operative. Thereby, we will analyse which bonds that allow Lukács analyse the role of the category of the politics as one of the central objectifications in the construction of social relations.

Keywords: Ontology. Ideology. Politics. Praxis. Socialism. Human emancipation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. INTRODUÇÃO	14
1.2 INTRODUÇÃO CATEGORIAL DO OBJETO.....	14
1.3 REPRESENTAÇÕES SOBRE O TEMA DA POLITICIDADE NA ONTOLOGIA DE LUKÁCS.....	15
1.4 EXPOSIÇÃO	22
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO DA PRÁXIS SOCIAL	24
2.1 ANÁLISE DA TOTALIDADE EM MEIO A UMA FUNDAMENTAÇÃO ONTOLÓGICA DOS COMPLEXOS SOCIAIS.....	24
2.2 AS DETERMINAÇÕES ESSENCIAIS RUMO À PRÁXIS POLÍTICA	29
3. A POLÍTICA ENQUANTO CARACTERIZAÇÃO RESTRITA DA IDEOLOGIA.....	46
4. A PRÁXIS POLÍTICA COMO UM COMPLEXO UNIVERSAL DA TOTALIDADE SOCIAL.....	64
5. CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	82
BIBLIOGRAFIA.....	83

APRESENTAÇÃO

Fazer uma análise sobre a obra *Para uma Ontologia do Ser Social* nos dias de hoje denota uma série de dificuldades. A primeira delas é sem sobra de dúvidas a densidade teórica e histórica contida nas quase mil e quinhentas páginas desse volumoso esforço de renovação do marxismo proposto por Lukács. Sabe-se que Lukács ausenta-se do projeto da elaboração de uma *Estética* marxista por volta do início dos anos 60 passando a dar início a uma investigação sobre a *Ética*. Esta trajetória de quase dez anos – além do acúmulo teórico adquirido ao longo de sua vida – resultou em um volumoso manuscrito onde a proposta é partir das afirmações ontológicas de Marx e Engels rumo à elaboração de uma *Ética*.

O principal motivo para tal reviravolta se deve às condições éticas e políticas do qual estavam imersas a U.R.S.S e suas zonas de influência, assim como a paralisia teórica do marxismo. Diante disso, podemos afirmar que a essência das preocupações de Lukács naquele período se desloca em dois eixos que caminham juntos: o problema da democratização socialista e da refundação do marxismo.

Esta preocupação caminha com Lukács desde 1928 quando se acirra as disputas internas do Partido Comunista Húngaro logo após a derrota da revolução, ficando ao lado de Jenő Landler¹ – em oposição a Béla Kun². Mais adiante, no Congresso Internacional Comunista realizado entre julho e setembro de 1928, e com a repentina morte de Jëno Landler, Lukács se responsabiliza da redação de um documento político que foi repudiado pelo Comitê Executivo da Internacional. Segundo este documento – que se dividia em cinco partes – Lukács colocava em questão uma necessária aliança tática proveniente da discussão sobre a ditadura democrática como mediação dialética. No corpo do texto, a sugestão era que “a concepção marxista de democracia burguesa, como campo mais útil ao proletariado, deve ser amplamente difundido pelos membros do partido. Deve-se compreender que a realização de tal campo de batalha requer grandes conflitos revolucionários” (DEL ROIO, 2013, p.134). Ainda no texto, Lukács esclarece que uma ditadura democrática pode ser muito variada, sendo que nela, a luta pela autonomia e emancipação da política se apresentam como possíveis. Isso de modo algum

¹ Jenő Landler foi um importante líder político comunista de origem judia. Atuou como comissário do povo e de assuntos exteriores do governo comunista assim como também foi comandantes do exercito vermelho.

² Béla Kun foi um dos lideres do partido comunista húngaro. Atuou como Comissário Popular dos Negócios Estrangeiros e foi líder da República Soviética Húngara. Morreu em 1938 devido aos Grandes Expurgos de 1936 a 1938, sendo acusado de “trotskista”.

representaria um reformismo por parte de Lukács, pois essa ideia estaria alinhada com o exemplo do início da revolução de 1917 na Rússia. Ainda mais, neste texto Lukács deixava claro que a alternativa entre fascismo e democracia “normal” eram ilusórias, pois ambas se tratavam da colaboração entre a grande burguesia e a burocracia operária. Mas, de olho na conjuntura política húngara – que estava tendendo a fascistização com o apoio da social democracia –, Lukács percebe que o terreno da construção do socialismo encontraria muitos obstáculos, uma vez em que no fascismo os meios de luta em defesa do proletariado como o direito a greve e os direitos civis estariam suspensos. Este documento ficou conhecido como as “*Teses de Blum*”³.

Com a ascensão do nazismo e do fascismo, assim como com a derrota política na Hungria, Lukács retorna para Moscou⁴. Lá, ele teve contato com os textos inéditos de Marx (Manuscritos de Paris) e com os Cadernos Filosóficos de Lenin. Nestes anos, Lukács se dedica a aprofundar o significado de cultura assim como o que representava a função ideológica do liberalismo na defesa da ordem burguesa. É nesses anos que Lukács se dedicará a investigar as razões da degradação da democracia no plano material e no plano filosófico. Além do mais, Lukács passou a ver uma crescente burocratização oportunista na U.R.S.S. que levou a ele a questão sobre a “conciliação da universalidade do homem com as imposições da divisão do trabalho” (DEL ROIO, 2013, p.139) que passou a se manifestar como um espaço de poder. Com a derrota do fascismo na Europa as preocupações de Lukács voltam-se novamente para o tema da democracia (democracia popular e ditadura democrática).

Sem abandonar suas convicções sobre a democracia, Lukács retorna para Hungria para exercer um mandato como deputado, professor de Estética e de dirigente da academia de Ciências. Este debate ainda traz consequências para Lukács porque as grandes potências do imperialismo ameaçavam militarmente a U.R.S.S., fazendo com que o Estado se reorganize atribuindo prioridade na defesa. Devido a isso, houve um aumento da burocratização do Estado que ocasionou no racha da coalização de outros setores do governo além da expulsão dos opositores do regime.

³ Pode ser encontrado alguns fragmentos dessa tese na revista *Temas de Ciências Humanas*, n.7.

⁴ Lukács foi enviado de Moscou para Alemanha por ordem da Internacional Comunista como orientador de debates sobre cultura e arte.

O retorno de Lukács à Hungria em 1945 novamente é marcado por contratempos. A vida política, por conta do avanço do exército vermelho no período da guerra, marca a possibilidade da reorganização nacional na Hungria. Entretanto, por conta da conjuntura mundial do início da guerra fria instaura-se na política do país duas possibilidades: de um lado, almeja-se uma aliança entre as potências na construção de um desenvolvimento progressista e, por outro lado, uma reconstrução nacional mediante a unidade das forças democráticas populares. É nessa polaridade que Lukács retorna à vida política de 1946 a 1949. Com a acentuação da guerra fria, Mátyás Rákosi⁵ elimina a pluralidade partidária e inicia uma perseguição aos opositores suprimindo objetivamente o significado da *nova democracia*. Nesta ocasião, Rákosi resgata as propostas de Lukács expressas nas teses de Blum e adiciona elementos caluniosos sobre Lukács⁶. Diante desta situação, Lukács se vê obrigado a fazer uma autocrítica e se refugia na vida privada.

Em 1956, Imre Nagy torna-se primeiro ministro da Hungria reacendendo novamente a questão sobre a nova democracia. Entretanto, junto com a queda de Rákosi, as forças anti-socialistas ganham espaço na conjuntura política do país. Nagy passou a tomar algumas decisões que não se chocavam com a diretriz do comitê central, dentre elas, o esforço para transformar a Hungria em zona neutra e fora do Pacto de Varsóvia. Isto acabou provocando um levante popular e em resposta a intervenção militar soviética. O detalhe desse processo que nos interessa é que Lukács foi ministro da Educação e da Cultura liderado por Nagy, fato que forçou Lukács a buscar exílio na Iugoslávia e, logo após preso, é deportado para a Romênia.

Em 1957/1958 Lukács retorna para Budapeste e distante da vida política e da universidade pública escreve a *Introdução a uma Estética Marxista*. Nestes anos, ele vê a possibilidade de uma renovação no quadro político do país e de uma renovação do “socialismo real”, mantendo-se firme na crítica sobre a sociedade burguesa, mas agora, também contra o culto da personalidade da figura de Stalin. É sobre esse horizonte que Lukács redigirá sua *Estética*, publicada em uma única parte em 1963 e a *Ontologia do Ser Social*, que foi publicada postumamente entre 1976 e 1981. Lukács falece em 1971, vítima de um câncer de pulmão.

⁵ Foi secretário geral do partido comunista húngaro de 1945 a 1948.

⁶ Apontado por Jose Paulo Netto na apresentação do livro “*Socialismo Democratização*”.

Expor esta trajetória é necessário para entender os conflitos políticos de que testemunhava Lukács – que de alguma forma constitui uma das grandes dificuldades para entender sua obra. Sem a análise desse quadro conjuntural e fundamentalmente político, a obra deste autor perde diversos significados, como se estivesse em um horizonte vazio. Podemos dizer que sua trajetória política é extremamente vinculada às suas práticas, mesmo que em alguns momentos essa prática se expressava no silêncio. Deste modo, a densidade teórica e histórica, além de sua trajetória política – do qual tivemos o cuidado de investigar – compõem a primeira dificuldade para a investigação de uma obra que sintetiza todo esse processo.

Isso nos remete a outra dificuldade para analisar a obra de Lukács. Esta é sem dúvida a conjuntura política no Brasil de 2019. Atualmente, com a finalidade de agradar setores do agronegócio, do conservadorismo mais retrógrado e do capital financeiro, a burguesia autocrática brasileira elegeu um representante do governo que questiona todos os avanços conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas. Entretanto, as características irracionais do novo (velho) governo estabeleceu um campo de conflito que não só atinge o círculo da esquerda, como também alguns avanços progressistas da própria burguesia. Dentre eles o ensino e a pesquisa no Brasil.

Em pouco mais de alguns meses de governo, medidas de desincentivo à pesquisa cresce pouco a pouco, ao ponto de escolherem como inimigos pesquisadores, professores e alunos que não estão alinhados à demagogia autoritária de águas passada. Aos poucos a censura avança de modo em que vemos a demissão e o afastamento de diversos pesquisadores de institutos que apenas tem o intuito de mostrar o quão danoso a irracionalidade governamental pode ser para a natureza e a realidade objetiva.

Isso levanta a questão posta por Lukács ao longo de sua trajetória. A democracia seria o terreno mais propício para o conflito da luta de classes? Evidentemente, a *nova democracia* proposta por Lukács tem muito pouco a ver com a democracia autocrática brasileira. Mas é inegável que estes ataques deixarão muitas cicatrizes para a classe trabalhadora, como por exemplo, uma reforma da previdência social que deixará milhares de pessoas à margem da sociedade. Sendo assim, a preocupação em realizar um debate sobre a categoria da política

desenvolvida por Lukács em sua Ontologia é compartilhada pela mesma insegurança de tempos sóbrios.

A terceira e última dificuldade é o tempo. Como já posto, a Ontologia de Lukács é uma obra muito rica em detalhes que merecem muitos anos de pesquisa. Ali vemos diversas conexões que certamente levariam uma vida inteira de estudos sobre a história dos complexos sociais. Com isso, gostaríamos de deixar claro que não esgotamos o debate que cerca a categoria da política, mas certamente suscitamos um debate justo com nossos resultados.

Deste modo, gostaríamos de agradecer a toda comunidade da UNESP/Marília pelo incentivo constante para a construção de uma sociedade mais justa.

1. INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO CATEGORIAL DO OBJETO

De modo geral, a conceitualização de práxis política na obra de György Lukács intitulada *Para uma Ontologia do Ser Social* aparece como um complexo do ser social. No entanto, esta categorização não aparece centralizada na figura do Estado ou das instituições políticas de forma que se apresente como uma oposição entre forças sociais e políticas, mas como modo de realização dos indivíduos a fim de resolver problemas de caráter organizativo decorrente da transformação da realidade social. A práxis política como um pôr teleológico – especificamente um pôr teleológico secundário –, isto é, como uma forma de prévia ideação requer certo conhecimento da realidade objetiva a fim de transformá-la. Isso quer dizer que a categorização de práxis política apresenta-se de maneira mais ampla do que se está acostumado quando se analisa este tema no interior do marxismo. A categoria da política como campo do conflito terá seu grande paradigma na reflexão de Lukács porque enquanto forma de ideologia ela permite a aproximação da generidade humana, enquanto que numa particularidade histórica, esta categoria transforma-se em ferramenta de dominação humana, tal como a reprodução do capital transforma a atividade do trabalho em um processo de negação da realização humana.

Nossa hipótese é a de que abordar a temática sobre a práxis política como um complexo social de forma alguma quer dizer que não houve uma precisão ou um descuido de Lukács ao analisar esse tema, mas, ao analisar a práxis política de uma ótica ontológica, permitiu a ele realizar diversas mediações que, muitas vezes, escapavam da compreensão dos críticos. Para dar um exemplo, uma das contribuições dessa investigação permite compreender a práxis política a partir de princípios ontológicos fundamentais que permitem visualizar os vínculos efetivos existentes entre a esfera material da reprodução da vida com a dimensão ideal da sociabilidade humana. Partindo dessa compreensão, a práxis política deixa de ser uma mera ferramenta que surge no momento em que há a exploração do homem pelo homem, e passa a ser compreendida como um complexo do ser social. Sendo assim, por conta dessa dialética entre o material e o ideal (e entre tantas outras mediações), do ponto de vista ontológico, a práxis política está vinculada à sociabilidade humana.

Deste modo, nossa proposta é abordar quais os vínculos que permitem à práxis política – no interior da obra *Para uma Ontologia do Ser Social* – tornar-se uma propriedade do complexo do ser social.

1.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE O TEMA DA POLITICIDADE NA ONTOLOGIA DE LUKÁCS

O debate sobre o complexo da práxis política levantado por Lukács em sua *Ontologia* é alvo de constantes críticas no interior da tradição marxista. Geralmente, a crítica é depositada sobre o seu entendimento da categoria de totalidade no âmbito de uma fundamentação ontológica dos complexos sociais. Entretanto, eliminar esta fundamentação da análise lukacsiana significa comprometer diversas mediações que vinculam a esfera material da reprodução da vida social com a dimensão ideal da sociabilidade, atribuindo a este uma espécie de concentração analítica do sujeito individual em relação ao coletivo. Outra crítica feita a essa forma de abordar a problemática da práxis política de Lukács diz respeito ao que se tornou hegemônico quando se trata de explorar a temática no interior da tradição marxista. Normalmente, a conceitualização de Lukács é empurrada para o âmbito mais antropológico do termo, pois o local da crítica política se aproximaria muito mais às reflexões centralizadas nas representações do Estado e da gestão e influência das instituições políticas da sociedade, estabelecendo uma relativa autonomia da própria categoria.

Assim, houveram muitas críticas sobre essa questão. Ranieri Carli (CARLI, 2013), no ensaio *A política em György Lukács*, publicado pela editora Cortez afirma que a política em *Para uma Ontologia do Ser Social* é o “elo mais fraco” dessa obra, ainda que Lukács não tivesse se proposto a esgotar as possibilidades desse objeto. Entretanto, Carli entende que nesta obra, abrem-se as possibilidades de reproduzir teoricamente e corretamente o que vem a ser a política. Ainda mais, sugere que Lukács e Antônio Gramsci, no que diz respeito ao arcabouço teórico-metodológico, podem convergir, ou seja, podendo a compreensão de um autor ser suporte para o outro (CARLI, 2013)

Ranieri Carli ainda reconhece que por mais que Lukács não tenha teorizado exhaustivamente sobre esse objeto em sua *Ontologia*, elas apontam um conteúdo provocador, exatamente no que diz respeito aos vínculos e as mediações realizadas pelo filósofo húngaro.

Na mesma direção, José Paulo Netto (NETTO, 2011), na introdução do livro *Socialismo e Democratização* afirma que, embora a concepção de Lukács a respeito da política tenha dado um salto qualitativo com a adesão deste ao comunismo, a dimensão teorizada da política em suas obras não dispõe do privilégio em que se espera entre os marxistas, pois a dimensão política no interior das suas obras não aparece como um objeto autônomo. Como José Paulo Netto diz “Lukács foi um pensador político, não um pensador da política” (NETTO, 2011, p.21).

O ponto comum entre Ranieri Carli e José Paulo Netto é o entendimento de que Lukács traz inovações e mediações que não devem ser descartadas, mas incorporadas no debate sobre o que vem a ser a política.

Outra manifestação clara de tal polêmica pode ser cotejada na crítica realizada por Carlos Nelson Coutinho no Seminário “*Lukács: a propósito de 70 anos de história e consciência de classe*”, realizado pelo Programa de Mestrado em Sociologia e pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em outubro de 1993⁷. Carlos Nelson Coutinho acentua neste artigo que a obra de maturidade de Lukács apresentaria um caráter substancialmente positivo, mas que por outro lado, apresentaria diversas deficiências decorrentes da ausência de algumas mediações que são fundamentais para a análise do ser social.

Do lado positivo, Coutinho (COUTINHO,1996) realça que após *História e Consciência de Classe*, Lukács busca em suas obras um esforço para colocar a categoria da totalidade como elemento central na análise da vida humana. As evidências desses esforços estariam na necessidade de reconstituir a filosofia de Marx – superando seus traços semi-idealistas de juventude – a tal ponto que incluíssem os paradigmas do capitalismo tardio em desenvolvimento na análise d’o Capital. Isso significaria que o velho⁸ Lukács estava plenamente consciente da importância da crítica da economia política na construção de método de Marx.

Mais adiante, Coutinho (COUTINHO,1996) afirmava que Lukács revelaria que o capitalismo tardio necessitava evitar as crises do sistema ao mesmo tempo em que estaria disposto a assegurar a dominação dos monopólios levando a “racionalizar” o setor do consumo. Assim, o sistema criaria formas diversificadas e

⁷ Os artigos enviados para este seminário redundaram num livro foi publicado em 1996 sob o título “*Lukács: um Galileu no século XX*” pela editora Boitempo.

⁸ Não acreditamos em corte epistemológico. O termo “velho” indica apenas que ele está em plena maturidade.

vastas de manipulação em diversos domínios do conjunto das relações sociais, tal como na economia, na filosofia, na política e etc. Para fundamentar tamanha ambição, o sistema encontraria suas expressões teóricas nas correntes neopositivistas, que acentuavam uma elucidação epistemológica dos “discursos”. Neste sentido, Coutinho vai realçar que o projeto ontológico de Lukács aponta para duas metas: a primeira diz respeito em que o princípio da análise do ser deve proceder a do conhecer, demarcando seu distanciamento ao neopositivismo; e a segunda estaria na busca do ser enquanto uma unidade, como totalidade concreta, dinâmica e apreensível por uma racionalidade dialética, se distanciando dos projetos ontológicos existencialistas e fenomenológicos.

Entretanto, o “calcanhar de Aquiles” de Lukács sobre esta temática, segundo Coutinho, estaria depositado na percepção ontológica do segundo tipo de ação teleológica. Esta seria sempre uma “inter-ação” e por conta disso “implica numa modalidade de conhecimento diversa daquela que tem lugar no trabalho”. (COUTINHO, 1996, p. 22). Sendo assim, faltaria uma análise materialista e dialética das especificidades ontológicas e epistemológicas da inter-subjetividade, isto é, da interação humana. Deste modo, o tratamento da práxis política elaborada por Lukács, por conta das ausências de algumas mediações, apresentaria diversas insuficiências.

Devido a estes apontamentos, a principal lacuna no interior da obra de maturidade de Lukács é precisamente a práxis política enquanto momento privilegiado da reprodução social. Coutinho afirmava que, “não há na Ontologia (como, de resto, em toda a obra marxista de Lukács) um tratamento satisfatório da especificidade da política enquanto esfera social” (COUTINHO, 1996, p. 23) e ainda aprofunda afirmando que:

Na grande Ontologia, por exemplo, revela-se claramente essa ausência de uma reflexão autônoma sobre a esfera política. As 40 páginas dedicadas à política aparecem como uma digressão no interior do capítulo sobre ideologia: é como se a política fosse uma manifestação da ideologia e não vice-versa. Além disso, seguindo também aqui uma tendência geral da obra, Lukács acentua excessivamente o caráter individual do sujeito político, tomando sempre como referência e modelo a personalidade de Lênin (de modo bastante análogo, aliás, àquele com Hegel tratou de Napoleão). É como se a práxis política criadora, tal como a arte e a filosofia, fosse também, mesmo no caso da luta pelo socialismo, a expressão de personalidades excepcionais e não de sujeitos políticos

coletivos. Aqui se revela de modo claro o resultado concreto do insuficiente tratamento da questão da práxis interativa na Ontologia. Nesse ponto, podemos apontar até mesmo um certo retrocesso em relação a História e Consciência de Classe: por mais problemática (e até mesmo mítica) que seja nessa obra a sua concepção de partido, o jovem Lukács parece identificar nesse sujeito coletivo o ator político decisivo. (COUTINHO, 1996, p. 24)

Coutinho reitera que na grande Ontologia não há “uma análise efetivamente ontológica da práxis política, ou seja, uma análise que articulam múltiplas objetivações específicas de processos teológicos e causais numa totalidade objetiva” (COUTINHO, 1996, p.24). Deste modo, faltaria uma análise na qual a política se relacionasse com a produção e reprodução do ser social de uma maneira relativamente autônoma. Ao invés disso, o que aparece é uma relação da política subsumida pelo complexo da ideologia.

No entanto, por mais que a crítica de Carlos Nelson Coutinho tenha pertinência, Lukács estava atento para essa problemática, e optou por não fazer assim. Afirma Lukács na introdução do livro que, quando os principais filósofos tocavam em problemas relacionados à ontologia do ser social, a direção que se tomava era fundamentalmente duas: a primeira diz respeito a um ser social que não se diferencia do ser geral e a segunda seria algo radicalmente diverso (LUKÁCS, 2012). A via que Lukács buscava na sua fundamentação ontológica do ser social se localizaria “entre” essas duas compreensões. Em outro momento do livro, mais especificamente no interior do capítulo que foram trabalhados os complexos ideológicos, novamente Lukács chama atenção para o perigo da separação da dimensão ideal do momento da realização material afirmando que

[...] do ponto de vista ontológico, não se trata de dois momentos autônomos, um ideal e uma material, que estariam vinculados de alguma maneira que, apesar dessa vinculação, cada um poderia preservar sua própria essência, mas a possibilidade do ser de cada ato, que só pode ser isolado no pensamento, está ligada por necessidade ontológica ao ser do outro. (LUKÁCS, 2014, p. 356)

Isso quer dizer que Lukács não só está tomando cuidado para não separar o subjetivo do objetivo, mas acredita ser um grande equívoco – sempre do ponto de vista da fundamentação ontológica materialista marxista – separar estas dimensões. Isto é um fator determinante para compreender a práxis política em sua totalidade.

Segundo Ronaldo Vielmi Fortes (FORTES, 2015) em um artigo publicado pela revista “Trabalho & Educação”, coordenado pelo núcleo de estudos sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁹, também tem a pretensão de elucidar como Lukács aborda a temática da política. Segundo Fortes, a afirmação de que Lukács tenha dado uma abordagem insatisfatória à problemática da política parte de interpretação equivocada, e que a forma como é tratada a política condiz inteiramente com sua proposta. Segundo ele, em *Para uma Ontologia do Ser Social*, Lukács se orientaria desde o começo sobre os fundamentos de que venha ser a política. Porém, a política posta como um pôr teleológico – especificamente um pôr teleológico secundário –, ou seja, como uma forma de prévia ideação que requer certo conhecimento da realidade objetiva a fim de transformá-la.

Dessa forma, poderíamos dizer que existe um debate ainda em desenvolvimento (que vai muito além dos autores citados) sobre a questão da práxis política na *Ontologia* de Lukács, que julgamos – assim como os pensadores referidos acima – ser fundamental para a teorização da emancipação humana.

Como exposto até aqui, no edifício categorial de Lukács, a temática sobre o comportamento social ganha um viés diferente dos demais pensadores do marxismo. Em *Para uma Ontologia do Ser Social*, Lukács se dispõe a discutir as principais categorias do ser social rumo às definições para elaboração de uma Ética que resultou em uma arquitetônica e complexa obra. *Para uma Ontologia do Ser Social* compõe uma formidável investida para restabelecer o marxismo no século XX, realizando uma contundente crítica às diversas correntes filosóficas e políticas da época.

No interior de *Para uma Ontologia do Ser Social* vemos a confrontação de Lukács com as principais correntes da época, atribuindo destaque às correntes irracionalistas que buscavam de alguma forma reafirmar a eternidade do capitalismo, assim como o embate com as correntes existencialistas que buscavam cancelar os homens enquanto constituidores de sua própria história (veremos isso no próximo capítulo)¹⁰. Além disso, podemos vislumbrar todo esforço crítico de Lukács numa rica

⁹ Artigo intitulado “A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács”.

¹⁰ Lukács coloca que seria uma arbitrariedade metodológica pensar a essência independente da realidade. Assim, existe uma dificuldade em reconhecer os vínculos concretos entre natureza e a reprodução humana. Este metabolismo é para Lukács um

análise sobre a situação atual do sistema capitalista em sua fase tardia, fundamentando que o sistema buscava de todas as formas criar um complexo de manipulação em todos os seus domínios sociais a fim de evitar novas crises. Estes encontrariam fundamentação sistemática nas correntes neopositivistas da época.

Mas o núcleo fundamental de *Para uma Ontologia do Ser Social* será a parte sistêmica, onde Lukács reorientará sua crítica aos principais complexos do ser social que compõem a genericidade humana. O filósofo húngaro abordará o complexo do trabalho, da reprodução social, o momento ideal e do estranhamento num esforço de superar as formulações ontológicas que, de certa forma, não pontuam a especificidade do ser social em relação ao ser geral, assim como as concepções que se colocam no extremo oposto desta formulação, isto é, das concepções ontológicas que não conseguem analisar o ser social a partir do pressuposto do ser geral, de uma historicidade dos complexos inorgânico e orgânico.

Para Lukács, formular uma ontologia não se esgotava na necessidade de vincular os processos subjetivos dos objetivos de forma adequada. Junto a isto, a ontologia deve ser a base da filosofia junto com a realidade, ou seja, é através da ontologia que devem-se operar os parâmetros de controle perante todo e qualquer conhecimento humano ou atividade humana. Isto porque os problemas que dizem respeito ao ser, por serem terrenos – e não metafísicos como imaginavam os filósofos dos séculos XVII e XVIII – estão presos a fenômenos e não a hipóteses (LUKACS, 2012). Sendo assim, a tarefa da ontologia deve estar ligada ao que já é (*hic et nunc*), ou seja, para apreensão dos fatos que não estejam obscurecidas por tendências e estruturas descoladas dos fenômenos. Neste sentido, os critérios para formulação de uma ontologia materialista possibilitarão a ele se afastar das vicissitudes históricas de seu período.

importante momento do ser social, e negligenciar essa dinâmica pode induzir ao equívoco. Assim, dirá Lukács que “[...] o existencialismo chegou – em íntima conexão com a centralização exclusiva do que é ontologicamente relevante no ser humano e seu mundo – a uma concepção irracionalista e abstratamente vazia em relação à gênese real do ser humano ontologicamente em consideração e, desse modo, transformou – querendo ou não – a filosofia numa antropologia idealisticamente irracionalista. Sem uma ruptura decisiva com essa concepção e seus pressupostos filosóficos não é possível desobstruir o caminho metodológico que leva à apreensão concreta do ser humano no sentido antropológico e social – as duas coisas são inseparáveis: sem uma ontologia dialética da natureza não é possível fundar nenhuma ontologia dialética do ser humano e da sociedade.” (LUKÁCS, 2012, p.102)

Mas o fato que merece destaque nessa elaboração é a clareza das determinações categoriais de Marx trabalhadas por Lukács. Segundo o filósofo húngaro, é em Marx que os problemas ontológicos passam a ser tratados de maneira adequada. Isto porque tudo que é conhecido deve pressupor os fundamentos ontológicos de todo ser. Aqui, o que se compreende por totalidade adquire uma adequação porque o significado de superar também traz a noção de conservar. Deste modo, “não pode haver qualquer existente que não seja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica.” (LUKÁCS, 2012, p.27) Dessa forma, é possível compreender a dialética entre o momento de especificidade do ser social da unidade do ser geral.

O que destaca Lukács dos demais intelectuais do marxismo, dentre tantas polêmicas em que se envolveu, certamente foi à entonação do trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Afirma o filósofo húngaro que é pelo trabalho que os homens se destacam da natureza, pois é através deste atributo, desta capacidade de criação, que se encontra a essência constitutiva de toda processualidade social. A essência desta propriedade humana consiste na elaboração de práticas idealmente orientadas para uma determinada finalidade (são chamadas por Lukács de posições teleológicas) que, através da dinâmica necessária para a reprodução da vida em sociedade, se universalize para os todos os demais complexos sociais. É através dessas mediações que se compõem a substância concreta da formação social enquanto uma totalidade concreta. Assim, o trabalho – que possui o caráter de um pôr teleológico – adquire o estatuto ontológico porque fundante de novas legalidades no interior da unidade do ser.

Da elucidação do trabalho enquanto categoria fundante do ser social é possível a afirmação de que o ser social é um “complexo de complexos”, pois, no interior do conjunto, cada momento é constituído por uma dialética imanente que compõe a totalidade concreta do gênero humano, numa processualidade de mediações que faz com que cada momento da vida social seja distinto do anterior – mesmo que essa distinção contenha traços de continuidade (LUKÁCS, 2014). Desta forma, a reprodução social alcança o traço de complexo porque é nela que se manifesta a esfera objetiva das mediações. É mediante o complexo da reprodução que se manifestará os processos concretos e contraditórios da formação do ser social. Neste caso, Lukács situa a dimensão da atividade política no quadro da

atividade ideal dos homens, passando a compreender esta prática em seus traços ontológicos essenciais.

1.3 EXPOSIÇÃO

Para uma Ontologia do Ser Social é o resultado de um grande esforço de Lukács de refundar o marxismo e, ao mesmo tempo, realizar um amplo debate crítico sobre o mundo idealizado pela burguesia. Certamente, do ponto de vista exclusivamente político, Lukács estava muito insatisfeito com as vias da construção do “socialismo real”. Mas ainda sim, Lukács acreditou até o fim da sua vida que é melhor viver no pior do socialismo do que no melhor do capitalismo. Com isso, Lukács passa a ver o problema do “socialismo real” não como algo a ser construído, mas sim aperfeiçoado. É apostando nesse horizonte que Lukács se afasta da elaboração de sua Estética e passa a dedicar seus esforços em elaborar uma Ética, que acabou redundando numa longa introdução do qual estamos analisando.

Por essa razão o primeiro capítulo é fundamental para estabelecer qualquer base de diálogo sobre a categoria da política. Basicamente, estabelecer os parâmetros que orientaram Lukács a não cair nas armadilhas da metafísica, em nossa opinião, é condição essencial deste trabalho. Por isso, com a finalidade de tornar o texto mais fluído para o leitor, optamos em começar pelas considerações que eliminam uma compreensão o desenvolvimento da categoria da política de forma metafísica. Esta preocupação foi diversas vezes levantada por Lukács ao longo da *Ontologia* – atribuindo ênfase no início do último capítulo – e, de algum modo, refletindo sobre essa questão, optamos em manter esse caminho.

Sobre a temática da práxis política em *Para uma Ontologia do Ser Social*, essa dissertação vai contar com três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo serão feitas algumas considerações fundamentais para realizar a análise da práxis política na obra de Lukács. Como se sabe, a práxis política exposta por ele se localiza dentro da totalidade do complexo ideológico. Dessa forma, julgamos necessária uma espécie de “introdução” de algumas determinações categoriais da práxis social que influenciarão diretamente o comportamento da práxis política (pois este já aparece em movimento pelo ser social). Portanto, abordaremos a totalidade enquanto veículo para a formulação de uma ontologia de base materialista; da unidade entre ideal e material como forma de organização das práticas objetivas; das posições teleológicas enquanto meio de criação das determinações do ser

social; da alienação e da objetivação enquanto formas de exteriorização da auto-atividade dos homens; e da ideologia enquanto função social. Entretanto, por conta dos limites deste trabalho, abordaremos apenas as determinações relacionadas a categoria da política.

No segundo capítulo entraremos diretamente à questão da política na obra de Lukács, entendendo esta como uma caracterização restrita da ideologia. Aqui será abordada a questão da política em suas especificidades, de forma que consideremos essa atividade no que diz respeito à particularidade histórica e da ação de homens singulares enquanto meio de lidarem com seus conflitos sociais. Também será abordado como uma atividade que parte do *hic et nunc* social possibilita o salto para a realização da genericidade humana, explorando questões como *duração* e *eficácia* da categoria política assim como a transformação objetiva da realidade interfere na compreensão da esfera subjetiva dos sujeitos sociais e vice-versa por conta contínua reprodução humana social. Neste ponto, a afirmação de que “os homens fazem sua história” ou “o homem é um sujeito ativo” ganhará um respaldo prático e teórico com base na história.

No terceiro capítulo, voltaremos a relacionar a política enquanto forma específica da ideologia, de modo em que se articulem as determinações expostas no primeiro capítulo e no segundo capítulo. Assim, abordaremos a práxis política como um complexo universal da totalidade social – mesmo que esta não seja algo tão idêntico e espontâneo como a linguagem. Assim, a categoria da política será vista em sua dimensão genérica, isto é, de forma em que se afastaste do mero momento da singularidade e nos aproxima da genericidade humana. Temas como universalidade, particularidade e singularidade assim como sobre cotidianidade e estranhamento orientará para uma completude da práxis política como um complexo universal da totalidade social.

Por fim, faremos uma breve conclusão realçando os principais aspectos apontados no texto, abrindo um diálogo sobre as contribuições que essa análise traz para o campo da política. Finalizaremos deixando em aberto se houve uma progressão ou uma regressão no debate sobre a política feita por Lukács, uma vez em que essa abordagem do ponto de vista ontológico é permeada de polêmicas.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO DA PRÁXIS SOCIAL

O máximo a que chega o materialismo perceptivo, isto é, o materialismo que não concebe a sensibilidade como uma atividade prática, é a percepção dos diferentes indivíduos isolados da “sociedade civil”. (IX Tese sobre Feuerbach)

2.1 ANÁLISE DA TOTALIDADE EM MEIO A UMA FUNDAMENTAÇÃO ONTOLÓGICA DOS COMPLEXOS SOCIAIS

Em *História e Consciência de Classe*, ficou famosa a afirmação de Lukács de que “não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira determinante o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade” (LUKÁCS, 2003, p.105.). No entanto, esta afirmação, sobre uma fundamentação ontológica dos complexos sociais, adquire em suas reflexões um sentido mais profundo e concreto da realidade¹¹. Para entender esta questão é fundamental resgatar a necessidade de fundar uma ontologia com bases materialistas.

Segundo Lukács (LUKÁCS, 2012), a ontologia deve ser o parâmetro para orientar o conhecimento de modo mais adequado possível com a realidade existente em si. Isto porque, a ciência contemporânea tem buscado diversos meios de manipulação em todos os domínios do conhecimento. No que diz respeito ao ser, como apontado anteriormente, quando a filosofia esbarrava em problemas pertencentes ao ser social, geralmente ela caminhava para dois extremos: não reconhecia as especificidades do ser social em relação ao ser geral, ou se tratava de algo radicalmente oposto. Neste sentido, o filósofo húngaro questionará duas correntes que atualizam esses extremos, sendo eles, o neopositivismo e o existencialismo.

Essencialmente, o neopositivismo tem como princípio metodológico negar qualquer fundamentação de natureza ontológica porque almeja responder questões mais práticas e imediatas da vida cotidiana. No entanto, o neopositivismo incorporará a lógica matemática e da física em sua linguagem no intuito de conferir

¹¹ É conveniente lembrar que no livro *Pensamento vivido* (1999), Lukács realça que em *História e Consciência de Classe*, um dos seus erros de juventude foi conceber apenas o ser social enquanto um ser, rejeitando a dialética da natureza.

certa objetividade em suas análises. Já o existencialismo, especialmente o de Heidegger, tratará o ser humano (o *ser-aí*) e nada além do humano como ponto de partida da ontologia. Desta forma, o existencialismo julgará como irrelevante os problemas ontológicos que são a base para a existência do ser social, isto é, os problemas do ser social aparecerão de forma autônoma em relação aos problemas ontológicos da natureza (LUKÁCS, 2012).

Estas duas tendências apontam, de forma atualizada, para a negação do princípio da totalidade, afastando de si os vínculos concretos entre reino da necessidade e reino da liberdade, de modo que não permita a compreensão da superioridade ontológica à realidade como ela é em si. O neopositivismo tentará adequar processos que são fundamentalmente sociais aos processos matemáticos e físicos (de forma a não reconhecer as legalidades que são próprias do ser social) e o existencialismo não reconhecerá a processualidade histórica da constituição do ser.

Em Marx, segundo Lukács, essas insuficiências se adequam. Isto porque a dimensão da totalidade é resgatada daquela formulada por Hegel, onde está assentada sobre a dialética de superação/conservação. Desta forma, nenhuma determinação categorial do ser social pode ser devidamente compreendida se não pressupor uma ontologia geral, ao mesmo tempo em que reconheça suas especificidades. Diz Lukács:

Antes de tudo, ele vê com clareza que há toda uma série de determinações categoriais, sem as quais nenhum ser pode ter seu caráter ontológico concretamente apreendido. Por essa razão, a ontologia do ser social pressupõe uma ontologia geral. Porém, essa ontologia não pode ser de novo distorcida com relação entre a teoria do conhecimento geral e os métodos específicos das ciências singulares. Trata-se, ao contrário, do fato de que aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é que os fundamentos ontológicos gerais de todo ser. Se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nelas como momentos superados; o superar teve em Hegel, corretamente, também o significado de conservação. Por conseguinte, a ontologia geral ou, em termos mais concretos, a ontologia da natureza inorgânica como fundamento de todo existente é geral pela seguinte razão: porque não pode haver qualquer existente que não seja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E as novas categorias do ser social relacionam-se do mesmo modo com as categorias da natureza orgânica e inorgânica. A questão marxiana sobre a essência e a constituição do

ser social só podem ser formuladas racionalmente com base numa fundamentação assim estratificada. A indagação acerca da especificidade do ser social contém a confirmação da unidade geral de todo ser simultaneamente o afloramento de suas próprias determinidades específicas. (LUKÁCS, 2012, p.27).

Deste modo, Lukács assegura que o ponto de partida de Marx é a dialética hegeliana. Esta, por sua vez, se movimenta dentro de certa unidade sistêmica, de caráter ontológico. A dialética hegeliana “implica no seu próprio movimento em que põe a si mesmo, uma semelhante unificação, tendendo mesmo a fundir esses elementos.” (LUKÁCS, 2012, p.282). Em Hegel, diferentemente de seus precursores, o que ele chama de Espírito Absoluto não opera somente na razão, mas também na história humana. Na dialética hegeliana a separação entre Espírito e Mundo, assim como sujeito e objeto, obtém o estatuto de unidade, uma vez em que o processo de autoconhecer diz respeito à inter-relação da totalidade das determinantes. Sendo assim, a história do Espírito é a história real dos homens, isto é, de práticas e experiências históricas concretas e contraditórias. Pontua Lukács:

Para Hegel, a natureza, vista em termos gerais, tem a mesma objetividade não antropomórfica que tinha na grande filosofia do século XVII. Todavia, inclusive no íntegro ser-em-si, ela ao mesmo tempo prepara e funda sobre o plano ontológico o desenvolvimento do ser humano, da sociedade e da história. Como veremos, Hegel quer assim, a seu modo, projetar uma ontologia em última análise unitária para a natureza e a história, na qual a natureza constitui uma base e uma pré-história muda, não intencional, da sociedade. (LUKÁCS, 2012, p.187)

Para Lukács, Hegel nega a prioridade do dever-ser em relação ao ser, lançando assim, as bases para a fundamentação de uma nova ontologia que se orienta tendo a dimensão da totalidade, dialeticamente fundada na unitária relação superação/conservação.

Marx retém essa lição de Hegel e vai além, no entanto, absorvendo de forma crítica outro filósofo que será fundamental para este avanço, trata-se de Feuerbach. Segundo Lukács, Feuerbach provoca uma virada no sistema hegeliano, sendo que esta virada obtém um caráter ontológico. Este, por sua vez, substitui a ideia de Espírito Absoluto pelos homens, observando que o verdadeiro sujeito é o homem em sua realidade que, sem revogar a natureza, é também o Espírito. Isto implica uma

inversão na noção entre sujeito e objeto, de modo em que o sujeito é o ativo¹². Com sua atividade ele cria o objeto, enquanto que este não se reconheça com o sujeito, ocasionando uma espécie de alienação. Portanto, a consciência religiosa (e aqui também entende-se para o Idealismo de Hegel) produz uma alienação que passa a dominar os sujeitos operantes. Como afirma Marx nas teses sobre Feuerbach, ele “não concebe a atividade humana como atividade sensível, de um modo subjetivo, como prática”, de maneira que “nele não se encontra a história e, na medida em que toma em consideração a história, ele não é materialista.” (MARX e ENGELS, 2009 p.32)¹³. Diz Lukács que Marx,

No que se refere à filosofia da natureza, ele sempre se posicionou rigorosamente contra a tradicional separação entre natureza e sociedade, que Feuerbach tão pouco havia superado, e sempre considerou os problemas da natureza, predominantemente, do ponto de vista de sua inter-relação com a sociedade. É por isso que o contraste com Hegel vai nele ganhando acento mais rigoroso que no próprio Feuerbach. Marx reconhece uma só ciência, a ciência da história, que engloba tanto a natureza quanto o mundo humano. No que se refere à religião, não se contentou com a relação abstrato-contemplativa entre homem e Deus; à ontologia simplista de Feuerbach, malgrado seu caráter intencionalmente materialista, Marx contrapôs a exigência de levar em conta, de modo concreto e materialista, todas as relações da vida humana e, antes de tudo, as relações histórico-sociais. O problema da natureza aparece aqui sob uma luz ontológica completamente nova. (LUKÁCS, 2012, p. 285)

Em Marx, esta problemática aparece de maneira nova porque ele compreende que o trabalho é a categoria central no qual todas as determinações

¹² “Marx elaborou principalmente – e esta eu considero a parte mais importante da teoria marxiana – a tese segundo a qual a categoria fundamental do ser social, e isto vale para todo ser, é que ele é histórico. Nos manuscritos parisienses, Marx diz que só há uma única ciência, isto é, a história, e até acrescenta: ‘Um ser não objetivo é um não-ser’. Ou seja, não pode existir uma coisa que não tenha qualidades categoriais. Existir, portanto, significa que algo existe numa objetividade de determinada forma, isto é, a objetividade de forma determinada constitui aquela categoria à qual o ser em questão pertence. Aqui a ontologia se distingue da velha filosofia. A velha filosofia esboçava um sistema de categorias, no interior do qual apareciam também as categorias históricas. No sistema de categorias do marxismo, cada coisa é, primariamente, algo dotado de uma qualidade, uma coisidade e um ser categorial. Um ser objetivo é um não-ser. E, dentro desse algo, a história é a história da transformação das categorias. As categorias são, portanto, partes integrantes da efetividade. Não pode existir absolutamente nada que não seja, de alguma forma, uma categoria”. G. LUKÁCS, *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo* (Santo André: Estudos e Ad Hominem e Viçosa: UFV, 1999), p. 145-6. (N. R. T.)

¹³ Esta parte pode ser encontrada em *Feuerbach e História Rascunhos e anotações (Do fim de novembro de 1845 a meados de abril de 1846)*

que atuam como síntese da produção e reprodução da vida humana aparecem dentro da dupla determinação insuperável entre natureza e a transformação social contínua. Diz Marx no *Capital* que

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2014, pp.326,327)

Assim, a totalidade em Marx – do qual Lukács vai se fundamentar para explicar os complexos sociais em meio à fundamentação ontológica – terá como principal característica três momentos articulados ontologicamente: a processualidade histórica do ser inorgânico, ser orgânico e do ser social; o trabalho enquanto fundamento da essência de toda atividade humana que permite a criação permanente do novo; e a contraditoriedade como motor constante da relação dinâmica entre os complexos e a criação do novo. Sendo assim, do ponto de vista ontológico, trata-se de um equívoco dar autonomia a um complexo social porque as categorias precisam agir como uma unidade, tal como resgatada por Marx. Desta maneira, a investigação ontológica dos processos sociais possibilitará a Lukács realizar diversas mediações que são determinantes na investigação ontológica dos complexos sociais.

Na ontologia de Lukács, a práxis é a atividade mediadora que faz a junção desses momentos, e que dessa forma, origina toda a realidade social. Assim, Lukács realiza uma superação entre empirismo e racionalismo, ou seja, encontrará no “ato que dá origem ao ser social a natureza própria da relação entre subjetividade e objetividade e a unidade originária entre esses dois elementos.” (TONET, 2014, p.78)

A partir deste prisma, partiremos para analisar as determinações para compreender como se manifesta a dimensão dialética da práxis política na obra de maturidade de Lukács.

2.2 AS DETERMINAÇÕES ESSENCIAIS RUMO À PRÁXIS POLÍTICA

Para conseguirmos dar o primeiro passo rumo ao lugar da política na obra de Lukács, devemos compreender o complexo mais abrangente dessa questão, exigindo fazer algumas considerações acerca das determinações ontológicas do desenvolvimento da práxis social. Isso porque *Para uma Ontologia do Ser Social* tem que ser lida sempre considerando o ponto de vista da totalidade. Entretanto, por conta da forma de exposição de Lukács, é difícil identificar as determinações da práxis política em todo o livro. Este, por sua vez, será exposto de modo direto dentro da totalidade concreta do complexo ideológico.

Entretanto, é conveniente afirmar desde já que o papel da práxis política perpassa quase todo o livro, ou seja, desde a busca dos pores teleológicos enquanto forma de elaboração superior da constituição do ser até os traços mais gerais da alienação e do estranhamento. Mas, entender a práxis política enquanto uma determinação da ideologia é fundamental porque é no interior desse complexo que serão atribuídos os comportamentos vinculados às ideias, configurando em práticas e as funções sociais. Sendo assim, por conta dos limites que este trabalho nos impõe, nessa parte, vamos abordar apenas as determinações da ideologia que são mais relevantes para definir o significado da práxis política no interior da volumosa obra de György Lukács, sendo elas a unicidade ontológica entre ideia e matéria como forma superior de organização das práticas objetivas; a potencialidade constante de criação do novo através das posições teleológicas; a alienação como forma de exteriorização da auto-atividade dos homens socialmente ativos; e a ideologia enquanto uma função social no sentido amplo e restrito.

A ideologia, no sentido atribuído por Lukács, está fundamentada no reconhecimento do homem ativo no mundo real¹⁴. Mas, este reconhecimento não necessariamente terá o sentido de falsa consciência, pois observa Lukács que “[...] nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia [...]” (LUKÁCS, 2014, p.467). Nem mesmo o sentido de superestrutura poderá ter, necessariamente, o sentido de ideologia, pois esta, como veremos, não operará de maneira autônoma da esfera econômica. O sentido atribuído por Lukács foi resumido por Ester Vaismann como a

¹⁴ Lembra Marx que o animal se identifica imediatamente com sua atividade vital, enquanto que o homem faz de sua atividade vital objeto de sua consciência (MARX, 2009)

recuperação da “afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem.” (VAISMANN, 1989, p.45) Sendo assim, como operam-se a relação entre o real e as formas de capturação ideal do real?

Em Karl Marx, do ponto de vista de suas afirmações ontológicas, podemos visualizar uma diferenciação do conceito de ideologia tanto dos pensadores da tradição do idealismo quanto do materialismo¹⁵. Para ele, no mundo dos homens opera-se uma síntese entre ideia e matéria, e esta somente poderiam existir a partir da transformação da realidade. Sendo assim, a realidade objetiva e a consciência constituem uma unidade. De modo ilustrativo, podemos afirmar que sem a materialidade natural não poderia existir a consciência dos homens; por outro lado, sem o momento ideal não seria possível uma objetivação, pois sem a dinamicidade desse complexo não seria possível orientar as ações concretas dos homens¹⁶.

Como vimos no início deste capítulo, *Para uma Ontologia do Ser Social* tem como fundamento a totalidade¹⁷. Em vista disso, a esfera material do mundo dos homens e a dimensão ideal estariam profundamente inter-relacionadas. Segundo Lukács (LUÁCS, 2014), apreender o ser em suas determinações ontológicas isoladamente somente seria possível no pensamento, pois esta divisão entre “objeto-sujeito” – que é diretamente derivada do trabalho – só é possível na medida em que o objeto é posto como independente, ou seja, na medida em que há, de certo modo, um “afastamento do homem com a natureza”. Isso implica que o pôr teleológico só seria uma forma de prévia ideação na medida em que tem sua efetividade real em sua realização material. Assim, o pôr teleológico adquire certa autenticidade porque a atividade prática dos homens requer um certo conhecimento

¹⁵ Os pensadores que compõem o bloco do idealismo afirmam que existe uma prioridade da ideia sobre a matéria, e o materialismo faz o movimento inverso. Essas duas tendências filosóficas predominaram a história desde a Antiguidade Clássica até um longo período do século XIX. No entanto, estas tendências devem ser respeitadas dentro de sua particularidade histórica, a fim de não cometer certos anacronismos.

¹⁶ Marx trabalha essa dinâmica na obra *Ideologia Alemã*.

¹⁷ “Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em conjunto é visto como processo histórico; e segundo, as categorias não são tidas como enunciado sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas movente e movida da própria matéria: formas de existir, determinações da existência.” (LUKÁCS, 2009, p.226).

do mundo objetivo, mas que somente será possível realizada dentro da dinâmica do complexo concreto do trabalho.

O pôr teleológico está relacionado com a afirmação de Marx de que “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2014, p.327). É perceptível que se trata de uma forma de antecipação cognitiva do resultado de uma ação. Assim, o que realmente importa não é a transformação dos objetos em coisas úteis, mas o papel que esta atividade representa na consciência dos homens (LUKÁCS, 2014). O papel ontológico dessa atividade consiste em dar início a um real processo que é material. E o trabalho terá um papel decisivo para realização do salto ontológico¹⁸.

Segundo Lukács, o trabalho é uma categoria central porque em todas as demais determinações estará presente a qualidade que viabiliza as demais atividades sociais. A atividade do trabalho projetará algumas características, sendo elas, a transformação da natureza em propriedades de uso e a dos indivíduos em ação¹⁹. Isso quer dizer que, ao colocar em movimento as propriedades da natureza, os homens passam a ter maior domínio sobre ela ao mesmo tempo em que adquire novos conhecimentos e novos meios para sua reprodução. Neste processo de conversão da natureza em coisas úteis – que está diretamente relacionado com a transformação da natureza de maneira consciente e ativa – será conduzida pelo processo de pôr teleológico. Deste modo, o trabalho contém uma legalidade ontológica porque é por meio dessa atividade que surgirá, em sua essência, todas as novas objetividades sociais.

Até agora, estamos nos referindo à ação humana na produção direta de valores de uso. Na produção de valores de uso existe a primazia em relação às demais atividades humanas porque é através dessa ação que ocorre o metabolismo com a natureza. Sem esse metabolismo, não seria possível a reprodução do ser social, uma vez em que este complexo, necessariamente, tem por base o ser

¹⁸ “Enfrentar os problemas ontológicos de modo sóbrio e correto significa ter sempre presente que todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser.” (LUKÁCS, 2014, p.46)

¹⁹ Lukács atribui a Engels o mérito de ter colocado o trabalho no centro da humanização do homem utilizando como exemplo a comparação entre a mão do macaco e dos hominídeos.

orgânico²⁰ (que tem por base o ser inorgânico). Sendo assim, Lukács caracterizará esta forma de pôr teleológico como primário.

As formas de pôr teleológicos não se esgotam na relação direta com o objeto natural na produção de valores de uso. Existe outra conduta da atividade humana (agora já estamos nos referindo a práxis social) que se destaca por induzir a ação consciente de um outro ou de um coletivo social. Nas formas mais “primitivas” de sociedade, quando se distribuem funções em coletivo, de imediato observamos que também é possível que se oriente uma finalidade sobre outros indivíduos (por exemplo a organicidade da caça ou da coleta). Afirma Lukács que, este “pôr do fim já não visa a transformar diretamente o objeto natural, mas a consciência de um grupo humano” (LUKÁCS, 2014, p.84). Quando o pôr do fim se orienta para provocar a ação de outros homens, estamos diante de uma forma de pôr teleológico secundário. Mais diante, veremos que a ideologia – e consecutivamente a práxis política – terá seu desenvolvimento nesse segundo tipo de pôr teleológico, pois sua qualidade visa atribuir o desempenho de uma *função social*.

O pôr teleológico secundário tem mais aproximação com a práxis social dos estágios mais desenvolvidos da constituição do ser social do que o pôr teleológico primário, uma vez em que o secundário inter-relaciona uma cadeia de processos de pores teleológicos já avançadas das determinações puramente sociais. Podemos enfatizar, para dar um exemplo concreto, a linguagem. Esta, por conta de sua determinação avançada, pode ser vista dotada de vida própria, como afirma Lukács (LUKÁCS, 2014), pois nesta cadeia de determinações permite que se realize um distanciamento do objeto ao ponto de não mais se identificar a reprodução biológica do ser, mas sim de ser um produto determinado e orientado somente pela consciência.

Entretanto, o por teleológico não se trata de ser uma mera aspiração da vontade dos indivíduos, mas sim de uma produção efetiva de uma objetividade. Ronaldo Vielmi Fortes, na explicação sobre o pôr teleológico, certifica que

O termo “pôr” tem o sentido de efetiva realização de um *telos* e não de simples intenção ou da mera projeção de uma finalidade. Não pode existir teleologia sem uma causalidade que a realize. O efetivo entendimento da ação da teleologia implica de modo necessário a

²⁰ É importante destacar que o ser compõe-se como uma unidade, mas no interior dessa unidade podemos encontrar elementos específicos das formas de ser.

inter-relação indissociável com a categoria da causalidade. Sob esse aspecto, somente se pode falar de existência real e concreta da teleologia enquanto “teleologia posta”, como realização concreta da finalidade previamente estabelecida. O resultado do trabalho se configura como a síntese entre o momento causal da natureza e o direcionamento teleologicamente estabelecido pela atividade do homem. O objeto produzido é a expressão da superação da heterogeneidade entre teleologia e causalidade. (FORTES, 2015, p.177)

Esta explicação de Fortes nos permite entender que a atividade prática da vida humana aparece como uma unidade entre a correta relação entre as determinações objetivas da realidade e a prévia ideação. A novidade ontológica do ser social está na objetividade do pôr teleológico na apropriação (para-si) dos atributos materiais, destinando uma nova dinâmica ao que estava posto entre causalidade (natureza) e teleologia (consciência). Decorrente dessa síntese, os sujeitos ativos descobrem novas articulações, dão significado a elas e atribuem funções específicas no interior da sociabilidade em questão²¹. Assim, o momento ideal tematizado por Lukács nos permite aprofundar sobre as peculiaridades ontológicas do ser social.

Então, partindo da fundamentação da unidade dialética do ideal e do material, podemos aprofundar sobre dois elementos extremamente relevantes para entender o complexo da práxis política. O primeiro é que o ideal, enquanto um complexo de representação que determina os pores teleológicos²² estabelece a iniciativa dos homens na construção do real, pois é por meio do ideal que colocam-se em movimento as cadeias causais reais. Esta é uma legalidade ontológica irrevogável do ser social, pois é por essa síntese que funda o processo histórico construído pelos próprios homens. Sendo assim, a determinação do complexo ideal é também o fundamento material da economia, pois não existe uma separação entre esfera

²¹ É necessário tomar cuidado em afirmar que a nova objetividade do ser social surge meramente da causalidade. Do ponto de vista ontológico, separar a dimensão da causalidade e a teleológica não faz sentido porque o ser se desenvolve enquanto um complexo concreto. Este tipo de afirmação não considera o fator fundamental que já enfatizamos diversas vezes: a totalidade. A causalidade por existir sem teleologia, mas a teleologia só pode adquirir um sentido real em interação com a causalidade.

²² É significativo enfatizar que a essência do trabalho surge em meio à luta pela existência. Mas isso não quer dizer que toda forma de pôr teleológico primário seja apenas para suprir as suas necessidades biológicas dos homens. No capítulo do trabalho, Lukács deixa claro que o pôr teleológico primário pode ter uma relação ontológica-natural ou uma relação de causalidade posta (social).

econômica das demais áreas da práxis social²³. Em segundo lugar, trata-se de verificar que o ato de pôr teleológico possui gênese e função social bem concreta, pois não se limita em buscar realizar as necessidades da universalidade, mas também aqueles desejos voltados para as necessidades mais imediatas (criação de valores de uso). Deste modo, a unidade dialética entre o material e o ideal será fundamental para entender a práxis política. Mas, embora faça parte do complexo universal da totalidade social, somente pode ser efetivamente compreendida se levar em conta as especificidades de cada período histórico.

Para dar um exemplo sobre a relação concreta entre a dialética entre universalidade (que é o momento da genericidade), particularidade e singularidade Lukács se apoia na explicação de Marx sobre a mercadoria, expondo que “as mercadorias não podem fazer um movimento sequer, que seu movimento sempre pressupõe atos econômicos dos compradores ou então dos vendedores” (LUKÁCS, 2014, p.359). Uma forma mercadoria, que é um construto ideal da sociedade, só faz sentido se estiver localizada numa sociedade de compradores e vendedores. Com efeito, a categoria do trabalho dinamizada pelos produtores de valores de uso participa de toda dinâmica social, mas por outro lado, a singularidade deste momento histórico está ligada diretamente ou indiretamente à reprodução das funções gerais da sociedade em questão. Os pores teleológicos que surgem do trabalho são componentes de um todo, inseparavelmente ligado à existência física da reprodução social. Deste modo, a genericidade se manifesta na medida em que são expressão de uma sociedade que se organiza em função (pores teleológicos) da transformação da natureza e a particularidade, assim como a singularidade, estará manifestada pelas condições sociais e nas funções históricas da divisão do trabalho (dependendo do quão está desenvolvida e socializada a vida econômica), que são específicas de sua época. Deste modo, diz Lukács,

É preciso ter sempre claro que tanto a universalidade como a singularidade são categorias ontológicas dos próprios objetos e processos, que tanto a universalização como a singularização constituem, em primeira linha, processos reais, cujos resultados são mimeticamente reproduzidos nas formações ideais correspondentes. Mas seria leviano tirar da constelação ontologicamente existente nesse ponto, a saber, que a essência é um predomínio da

²³ Esta posição entre entra em choque com o que foi feito pela Segunda Internacional ou com o Stalinismo na realização da dicotomia entre a unidade econômica e a formas reais de práxis social.

universalidade, enquanto ao fenômeno acresce um movimento na direção do singular e particular, a conclusão de que, nessa relação, estaria expressa de modo unívoco a verdadeira relação da essência com seu fenômeno. Antes de tudo: a universalidade e a singularidade também são determinações de reflexão, isto é, elas entram em cena de modo simultâneo e polarizado em cada constelação: todo e qualquer objeto sempre é simultaneamente um universal e um particular. Por essa razão, embora o mundo fenomênico – posto em relação com a essência enquanto universalidade permanente – represente um mundo da singularidade movimentada, ele igualmente deve produzir ontologicamente as suas próprias universalidades, assim como as universalidades da essência reiteradamente se revelam também como singularidades. (LUKÁCS, 2014, p.391)

Agnes Heller, em seu livro *O Cotidiano e a História*²⁴, define de modo muito preciso o que tentamos sintetizar aqui, ao dizer que:

As esferas heterogêneas – por exemplo, produção, relações de propriedade, estruturas política, vida cotidiana, moral, ciências, artes etc. – encontram-se entre si na relação de primário e secundário, ou na mera relação de alteridade. Não existe entre as esferas heterogêneas nenhuma hierarquia universal de essência e aparência. O desenvolvimento das forças produtivas é uma instância primária com relação ao desenvolvimento da estrutura total da sociedade; mas essa afirmação não implica em nenhuma articulação do tipo do par essência-aparência. (HELLER, 2011, p.13)

Assim, a universalidade, particularidade e a singularidade não constituem uma separação, mas uma unidade dialética. E é por intermédio da práxis que estas dimensões adquirem uniformidade objetiva. A síntese desse processo de modo algum se trata de uma mera abstração ou de dois momentos – um primário e o outro secundário –, mas que, ao contrário, na realizabilidade do ser social os pores teleológicos compõem todo âmbito da formação econômica.

Se o primeiro movimento para entender as determinações da práxis política é a unidade entre o subjetivo (ideal) e o objetivo (material) na construção do ser social, o segundo passo que gostaríamos de enfatizar, através dessa síntese, é a capacidade da constante criação de situações novas – e isso implica que em cada momento histórico, os homens possam buscar diversas respostas em diversas situações.

²⁴ Livro que teve supervisão do próprio Lukács.

Como verificamos anteriormente, podemos afirmar que o momento ideal é o guia do movimento material do trabalho. E a novidade do complexo ideal, no papel do salto ontológico, consiste em fixar a imagem da realidade objetiva possibilitando que se viabilizem formas de pores teleológicos nos homens. Assim, o pôr do trabalho, não pode ser confundido com nenhuma categoria da natureza, pois o que está em jogo não se trata somente da satisfação de uma necessidade biológica imediata, mas em transformar essas necessidades em perguntas cada vez mais mediadas e complexas. Como já mencionamos anteriormente Lukács está se fundamentando no que Marx (1984) chamou de “afastamento do homem com a natureza”²⁵.

[...] o desenvolvimento da socialidade produz, no que se refere à ação conjunta dos homens, uma centralização cada vez maior dos impulsos e contraimpulsos sociais referentes a determinados tipos de práxis, a pores teleológicos com as alternativas que os embasam, na consciência do eu dos homens singulares que devem agir. Pode-se dizer o seguinte: quanto mais desenvolvida, quanto mais social for uma sociedade, quanto mais intensamente se fizer presente, em termos práticos, o afastamento da barreira natural, tanto mais nítida, multifacetada e resolutamente se externará essa centralização da decisão no eu que deve levar a cabo a respectiva ação. (LUKÁCS, 2014, p.299).

Partindo da afirmação acima – de que os homens conseguem criar situações novas para sua reprodução – também é verdade que não só a finalidade pode ser objetivada, mas também os caminhos para sua realização (sendo elas diretamente direcionadas a transformação da natureza em valores de uso ou para aquelas posições que visam influenciar outros homens a desempenhar uma determinada função), uma vez em que ao transformar a natureza, os homens modificam tanto sua imagem do mundo como sua viabilidade. Mas, de toda essa dinâmica, diz Lukács,

O que interessa aqui é obter uma compreensão de outro aspecto desse fenômeno, a saber, da relação entre as formas de consciência que assim surgem e a realidade objetiva e, em estreita ligação com isso, das novas funções da consciência que surgem daí. Com o trabalho, no trabalho, os modos de ação humanos perdem sua vinculação a situações singulares concretas, assim como seus produtos também podem se destacar cada vez mais do seu modo de utilização original. Com as mesmas operações ou com operações

²⁵ Lembra-nos Lukács que esse distanciamento do homem com a natureza de modo algum significará a completa ruptura do homem com seu meio.

correspondentemente modificadas é possível fabricar coisas cada vez mais diferenciadas e também as ferramentas podem ser usadas ou diferenciadas de maneira cada vez mais multifacetada. (LUKÁCS, 2014, p.413)

Derivando da compreensão de Lukács que o pôr teleológico tem uma profunda relação com a causalidade – e as sínteses dessas duas categorias fundam uma nova objetividade – é que ele conseguiu entender que há uma forma causalidade que não se desenvolve na mesma medida que ocorre na natureza. Esta foi denominada de causalidade posta.

Por conta da unicidade do ser, Lukács tem uma visão muito distinta da relação entre causalidade e teleologia²⁶. Como se sabe, existiu um período na história da filosofia em que o entendimento da causalidade era o extremo oposto do pensamento teleológico, isto é, uma relação totalmente excludente uma da outra. Um exemplo disso pode ser evidenciado pelo pensamento religioso a partir da premissa de que Deus determina todas as ações do mundo dos homens. Assim, a causalidade é colocada de lado porque todo desenvolvimento terreno é considerada uma vontade Divina (metafísica). Mas, na relação da unicidade do ser exposta por Lukács, a causalidade pode ser transformada pelos homens (por atos de pôr teleológicos), formando, assim, o que ele chamou de *causalidade posta*. Portanto, a *causalidade posta* tem como fundamento a atividade dos homens por meio do trabalho, ou seja, por intermédio das posições teleológicas cuja peculiaridade é fundar novas objetividades.

Entretanto, causalidade pode existir sem a teleologia, mas a teleologia não pode existir sem causalidade. E isso por uma razão simples: o ser, em seu conjunto, deve ser apreendido como um processo histórico, onde seu desenvolvimento passa por um longo processo de contínuas articulações e rupturas, obtendo como primeiro estágio de desenvolvimento o ser inorgânico²⁷, posteriormente o ser orgânico²⁸ e por

²⁶ Lukács entende a causalidade como o “princípio de automovimento que repousa em si próprio”, enquanto que a “teleologia é o processo que implica uma finalidade” (LUKÁCS, 2014, p. 48).

²⁷ O Ser Inorgânico pode ser definido basicamente pelos fenômenos físicos e as reações químicas. Este ser não consegue reproduzir a si mesmo e essa é sua característica essencial.

²⁸ O Ser orgânico pode ser definido como toda forma que consegue reproduzir a si mesmo, isto é, toda forma de vida orgânica. Sua característica essencial é a reprodução de si mesmo. A biologia aponta que a primeira forma de vida é um aglomerado de moléculas envolvido por água chamado coacervado.

fim o ser social²⁹. Por consequência, isso não exclui o que dissemos sobre o desenvolvimento do ser enquanto uma unidade, pois para realizar uma ciência guiada pela preposição ontológica, requer considerar as formas de ser em sua totalidade e em sua terrenalidade³⁰. Assim, o ser social só pode ser devidamente compreendido se tiver por base o ser orgânico e inorgânico.

Então, a diferença substancial entre causalidade e *causalidade posta* é que o primeiro permanece em termos ontológicos naturais (primários) enquanto que o segundo implica uma conversão das objetividades primárias subordinadas pelas posições teleológicas.

Outro fator que precisa ser brevemente tratado, por conta da influência dos pores teleológicos na formação do novo, é a teoria do reflexo. Esta teoria se fundamenta no reflexo do real para a realização dos fins. No entanto, ela – de forma isolada – não funda uma subjetividade nova ou uma objetividade nova, mas permite que exista uma espécie de “heterogeneidade” entre a necessidade de apreensão do real na busca para a realização das finalidades. Deste modo, o reflexo somente apresenta uma existência ativa, ou seja, uma objetividade por meio da atividade, no momento da busca dos meios (da atividade humana). Sua gênese e seu desenvolvimento estão totalmente relacionados com a totalidade dos complexos sociais.

Já aludimos anteriormente que a dualidade entre “sujeito-objeto”, do ponto de vista ontológico, só é possível através do pensamento, e é através do ato da reflexão que se confere esse caráter “dual” ao mundo dos homens. Mas, estes dois momentos, entre si heterogêneos, apenas podem existir enquanto pertencentes a um complexo unitário porque o ser se objetiva na transformação da natureza e da sociedade. Portanto, o ato do reflexo é uma atividade teleologicamente orientada não só para que se viabilize a transformação do real, mas também para que ele próprio seja mais complexo. Deste modo, sua importância corresponde à necessidade de se adaptar em diferentes momentos históricos e, para o desenvolvimento da práxis política, a teoria do reflexo é fundamental.

²⁹ O Ser social é a vida orgânica organizada socialmente de maneira que as categorias sociais humanas interferem diretamente em nossa reprodução.

³⁰ É notória a forma como Lukács se apoia em Marx e em Hartmann. Em Marx por compreender que essência e fenômeno não constituem uma separação, mas uma unidade dialética. Em Hartmann por entender a ontologia não como uma finalidade metafísica, mas sim como um problema terrenal, ou seja, preso em fenômenos e não em hipóteses. Para tanto, ver no primeiro volume de *Para uma Ontologia do ser social*.

Deste modo entramos numa das partes mais relevantes para compreender as determinações da práxis política, a alienação como forma de exteriorização da auto-atividade dos homens socialmente ativos³¹. Observamos que na medida em que os homens transformam o mundo, eles internalizam, por via da reflexão, a compreensão das propriedades naturais (primário) e de suas relações sociais (secundário). Do ponto de vista ontológico, o ser social se desenvolve de forma unitária com as demais formas de ser, mas confere por meio da práxis transformadora que os homens externalizam seus conhecimentos, seus desejos, suas práticas de socialização, suas formas de interpretação do mundo e etc.

Visto que todas as alienações do homem, começando com os fundamentos elementares como trabalho e linguagem até as objetivações [Objektivationen] de mais alto valor, necessariamente sempre são pores teleológicos, a relação “sujeito-objeto” enquanto relação típica entre o homem e o mundo, o seu mundo, constitui uma inter-relação, na qual o sujeito atua permanentemente sobre o objeto, o objeto sobre o sujeito, conferindo nova forma, produzindo coisas novas, na qual nenhum dos dois componentes pode ser compreendido isoladamente, separado por antagonismos e, portanto, de modo independente. (LUKÁCS, 2014, pp. 422 e 423)

Porém, é necessário deixar claro que, para o filósofo húngaro, “todo ato de objetivação do objeto da práxis é simultaneamente um ato de alienação” (LUKÁCS, 2014, p.423) justamente por conta dessa inseparabilidade do sujeito-objeto. Mas, existe nesses processos uma diferença de ordem qualitativa. Para dar um breve exemplo, Lukács mostra que nos primórdios o que predominava entre os homens eram os componentes da objetivação, vista a dificuldade em ver nos objetos “impressões não materiais da subjetividade que se objetiva e se aliena” (LUKÁCS, 2014, p.423). E ele continua dizendo que no

[...] desenvolvimento longo, com muitas formas de desigualdade, foi necessário para, por um lado, trazer a alienação a uma determinada autoconsciência e, por outro, assegurar seu papel no processo global, que não coincide simplesmente com o simples caráter de valor ou de adverso ao valor (hábil-inábil) ativo objetivo que já ocorreu no estágio da mera singularidade, mas já se converteu em alienação real de uma existência humana realmente existente (ainda que de modo socialmente relativo). Atendo-nos também aqui aos fenômenos fundamentais, podemos muitas vezes reconhecer, no

³¹ Não pretendemos explorar todas as determinações da alienação, mas somente explorar o momento em que possibilita que a atividade política se torne uma práxis social.

próprio trabalho material, começando em tempos muito remotos e vindo até nossos dias, nos simples produtos do trabalho, “a mão” (a personalidade) do seu produtor. É com a desantropomorfização do trabalho, que começa com uma forma em si ainda não consequente, com a divisão do trabalho na manufatura, que gradativamente desaparece o momento da alienação de tais objetivações. Todavia, também nesse caso apenas tendencialmente, pois, mesmo que a parcela objetiva da alienação costume desaparecer nas execuções finais, realizadas por trabalhadores singulares, o planejamento geral de um tipo de produto, o seu “estilo”, ainda assim pode ostentar o selo da alienação.” (LUKÁCS, 2014, p.423)

Isto nos leva a entender que Lukács utiliza o conceito de alienação de uma forma ampla, mas que em seu interior é possível encontrar variações mais específicas em suas formas de ser. Estas variações têm, basicamente, diferenças de ordem qualitativas, podendo ser observado pela finalidade empregada para essa atividade e pela historicidade do desenvolvimento humano. Para entender o primeiro caso, o filósofo húngaro faz um uso de *Objektivationen* para se referir a formas de objetivações vinculadas as práticas sociais e de *Vergegenständlichung* para objetivações da produção material (este relacionado ao metabolismo do homem com a natureza)³². Entre as formas de expor o conceito de objetivação, Lukács mostra que há uma qualidade diferente na finalidade empregada para a transformação do mundo por meio do trabalho, pois no desenvolvimento das forças produtivas coloca-se em prática aquilo que os homens entendem sobre o mundo ao mesmo tempo que enriquecem sua compreensão da natureza e, conseqüentemente, sua forma de ver e de se relacionar com o mundo – incluindo as relações sociais que incidem sobre outros indivíduos. Na dialética dessas formas de objetivações, o ponto unificador encontra-se na mediação entre o crescimento das formas produtivas e as capacidades humanas. Já entender o fenômeno da objetivação por via da historicidade do desenvolvimento do ser humano vai depender do grau de desenvolvimento da sociedade, das formas de divisão social do trabalho, das manifestações vitais econômicas e etc.

A unicidade do ser social nos permite compreender a totalidade da relação dialética entre *Objektivationen* e *Vergegenständlichung* porque uma depende da outra para se desenvolver (determinação e sobredeterminação). A essência desse movimento encontra-se na unificação do momento material e do momento ideal para

³² Quem atenta-se para essa fundamental questão é Nélio Schneider, tradutor da edição da editora Boitempo de *Para uma Ontologia do Ser Social*.

a criação de novas capacidades e novas situações³³ sociais baseados em atos pores teleológicos. Mas é importante perceber que Lukács trabalha o problema da objetivação no âmbito de atos singulares, enquanto que o conceito de alienação no desenvolvimento que contempla a genericidade do homem (lembrando que a alienação, por conta de sua essência, carrega traços de uma singularidade).

Com a alienação não ocorre o mesmo. Seu surgimento é que suscita pela primeira vez o problema do devir homem do homem, o de sua genericidade num gênero que deixou de ser mudo. O ultrapassamento da mudez do gênero significa justamente que ontologicamente este tanto pode se tornar existente em si como, indo além disso, existente para si; a genericidade muda na natureza significa, em contraposição, um ser-em-si no sentido mais literal possível da palavra, na medida em que este de forma alguma pode chegar como tal à consciência dos exemplares que pertencem ao gênero, mesmo que eles reajam com consciência ao mundo exterior, como fazem os animais superiores. O gênero reproduz-se nos exemplares singulares que sempre reagem em conformidade com o gênero ao seu meio ambiente, mas que não tomam consciência de si mesmos como pertencentes ao gênero. Com o trabalho e a linguagem, essa mudez do gênero dá um salto para a genericidade em si do ser social. A objetivação que toma o lugar da mera objetividade do ser natural já contém um reconhecimento articulado do pertencimento ao gênero. (LUKÁCS, 2014, p.426)

Mas o que realmente importa na nossa exposição é que – de uma perspectiva ontológica – a alienação só pode se tornar efetiva, isto é, algo que remete a uma expressão da personalidade, se ela vier a se objetivar. Lembramos que, tanto para a reflexão quanto para o ato de alienação, o critério da objetivação é fundamental, caso contrário, elas não passariam de meras possibilidades³⁴. Isto contribui para superar a ambivalência entre “objeto-sujeito” e compreender a politicidade numa dimensão prática.

Assim, “o homem só pode se tornar ativo socialmente como indivíduo através de suas alienações” (LUKÁCS, 2014, p. 430) de forma que esta passa a incorporar a forma geral da atividade humana. Logo, a compreensão de que a alienação é apenas um momento do devir humano não se sustenta, pois este configura também o momento da formação que coloca o coletivo de indivíduos diante do mundo de

³³ No próximo capítulo veremos como o desenvolvimento das forças produtivas provocam o desenvolvimento das capacidades humanas, mas também, via práxis política, podem levar a devastação de classes e de indivíduos.

³⁴ É necessário acrescentar que este processo, assim como todo ato de trabalho, é sempre algo social e não meramente individual.

forma consciente, configurando o momento do desenvolvimento da decisão entre alternativas concretas e factuais.

[...] a vida cotidiana dos homens, é determinado justamente em seu respectivo ser-propriadamente-assim direta e amplamente pelos atos de alienação dos homens que dele participam. Quando esses atos objetivam a interioridade dos homens, mesmo que essa objetivação [Objektivation] seja meramente linguística, surge, tanto para o homem que se aliena como para o entorno em que ele se aliena, uma imagem de contornos mais ou menos nítidos de sua essência pessoal, a qual, embora movendo-se em constantes contradições, logra efetuar uma continuidade tanto para si própria como para esse seu meio ambiente. Naturalmente o processo biológico de reprodução do organismo já cria um processo continuado. Contudo, é só mediante a objetivação [Objektivation] que a alienação tende a consolidar em cada homem esse em-si num para-si, numa continuidade controlável, criticável, relativamente regulável etc. da autorrealização e, por essa razão, também do autoconhecimento. (LUKÁCS, 2014, p. 431)

Assim, é por meio da alienação que passam-se a objetivar todas as manifestações vitais dos homens, e isso será decisivo para compreender que a práxis política está direcionada para a totalidade social. Por conta da capacidade de alienação a práxis política não se resumirá apenas na tomada de consciência dos conflitos sociais, mas também em uma atividade, ou seja, de uma práxis social.

Visto que a alienação é uma condição fundamental para que a atividade política se torne uma atividade prática na vida dos homens, entramos agora no terreno onde essas alienações e as objetivações humanas se desenvolvem em conflitos sociais, isto é, no campo da ideologia.

Neste ponto, no âmbito do marxismo, existem muitas formulações que não convergem. Isso pela razão – já mencionada – da ambivalência entre “sujeito-objeto” e das consequências que derivaram dessa forma de interpretação. Lukács, ao tomar outro caminho, entende que a ideologia não tem, necessariamente, um sentido negativo ou positivo. Segundo ele, “enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada uma ideologia.” (LUKÁCS, 2014, p.464). Para que exista o entendimento da ideologia de forma pejorativa ou valorativa é necessário que ela tenha uma função determinada, isto é,

que se desenvolva um conjunto de ideias que conscientizem os indivíduos a fim de resolverem seus conflitos sociais³⁵.

Antes de tudo, para que a ideologia possa ser devidamente compreendida ela só pode estar em funcionamento dentro de sua própria totalidade. Esta totalidade é a própria sociedade como um complexo dinâmico e contraditório que, por meio da práxis humana, desenvolve tanto seu objeto como a base real da sua ação (LUKÁCS, 2014). Assim, os homens conscientes, pelo veículo da ideologia, travam seus conflitos sociais, sendo que o fundamento necessário desse conflito deve ser procurado no desenvolvimento econômico.

Angélica Lovatto, em sua tese de doutorado³⁶, apresenta em sua questão teórica-metodológica sobre os cadernos do povo brasileiro, uma pista muito interessante para entender que não existem indivíduos isolados, isto é, isentos da influência composta em conjunto. Seguindo Lukács, Lovatto chama a atenção para a esfera econômica, mas esta como esfera não descolada das outras mediações sociais. Deste modo, essa forma de investigação sobre processos ideológicos terão uma melhor eficácia de análise se estiver imerso dentro de uma totalidade.

Neste quadro, atribui-se à esfera econômica a determinação fundamental deste complexo, sem no entanto absolutizar as relações entre infra e superestrutura, isto é, sem estabelecer uma ligação puramente mecânica entre a esfera econômica e as demais (política, jurídica, social, ideal), mas vendo nela o nexos básico para a compreensão de como surge uma determinada ideologia. Proceder desta maneira significa relacionar devidamente o todo e as partes. (LOVATTO, 2010, p.46)

A ideologia não se configura como mera junção de ideias, mas como conjunto de “ideais da realidade que servem para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (LUKÁCS, 2014, p.465). Para entender a ideologia enquanto uma função social, o filósofo húngaro nos recorda do desenvolvimento do heliocentrismo e do darwinismo. Estes enquanto teoria científica não se constituíam enquanto ideologia, mas só quando as ideias de Galileu ou de Darwin converteram-se em meios de combate dos antagonismos sociais é que vieram a se tornar ideologias.

³⁵ A concepção de ideologia de Lukács se afasta do campo do positivismo (gnosiológico), que entende que ciência é o campo de onde se produz o que é verdade e a ideologia é o campo em que se desenvolvem as ferramentas que falsificam a realidade.

³⁶ O título da tese é *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*.

No entanto, estamos tratando apenas do conceito amplo de ideologia. Este pode ser entendido quando o ser social exerce uma determinada ação em relação ao campo econômico-social orientada para uma prática social de forma conscientizada. Isso pode ser identificado quando Lukács se refere que “a ideologia é o meio de luta social, que caracteriza toda sociedade, pelo menos as da “pré-história” da humanidade” (LUKÁCS, 2014, p.465). Aqui, esses conflitos assumiram, no curso da história, feições de tipo religiosas, de conflitos culturais, de base econômica. Em vista disso, diz Lukács,

[...] a questão a ser decidida por eles sempre será um “o que fazer?” social, e decisivo para a sua confrontação fática é o conteúdo social do “o que fazer?”; os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social permanecem meios cujo método, cuja constituição etc. sempre depende do *hic et nunc* social do tipo da luta, do tipo de “o que fazer?” contido nele. (LUKÁCS 2014, p.466)

Mas há na Ontologia de Lukács um conceito mais restrito de ideologia. Este, baseando-se em Marx, consiste em que os homens conscientes lidem com seus conflitos sociais dentro de uma estrutura socioeconômica, isto é, que se desenvolvam formas específicas e mais imediatas de cada sociedade concreta. Neste caso, os portadores dessa atividade são os homens singulares.

A ideologia no sentido restrito está baseada nas estruturas sociais onde diferentes grupos almejam impor seus interesses a toda sociedade. Esta forma de ideologia pode ser muito semelhante ao que Gramsci (2015)³⁷ chama de hegemonia, mas em Lukács, a ênfase não está nas formas para impor uma ideologia (sendo elas pelo consenso ou pela coerção), mas sim quando os grupos conseguem convencer toda sociedade que seus interesses vitais coincidem com o interesse de todos. Assim, para que essa determinação venha a se tornar o motor de uma práxis social, os homens singulares precisam vivenciar esses interesses com seus próprios de maneira que seja vital para o funcionamento da sociedade em questão. Por isso, segundo Lukács, essa forma de ideologia – enquanto função social –, em seu surgimento e na sua disseminação, “se manifesta como marca registrada geral da sociedade de classes” (LUKÁCS, 2014, p.472).

Tanto no sentido amplo quanto no sentido restrito, a ideologia só tem efetividade se estiver em funcionamento dentro de uma totalidade concreta. Já

³⁷ Ver o caderno 19 (1934-1935) sobre o *Risorgimento Italiano*.

fizemos menção a isso quando nos referimos que os pores teleológicos estão inseparavelmente ligados à existência física da reprodução social na parte em que expomos a unicidade dialética entre ideal e material. Naquela ocasião nos referimos que a genericidade está relacionada em função da transformação da natureza, enquanto que a particularidade e a singularidade dependiam das condições sociais e das funções históricas da divisão do trabalho social. Aqui, a menção do sentido amplo pode ser percebida enquanto momento da genericidade (universalidade) enquanto que a da noção restrita da ideologia estaria referida à particularidade.

Dentre os modos de ideologia restrita podemos mencionar o direito e a política. O direito enquanto necessidade de resolver e ordenar conflitos derivados do processo produtivo e da divisão social do trabalho e a política enquanto forma conscientizada de enfrentar questões que dizem respeito à sociedade inteira. Este segundo caso será discutido no próximo capítulo.

3. A POLÍTICA ENQUANTO CARACTERIZAÇÃO RESTRITA DA IDEOLOGIA

“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (KARL MARX)

No capítulo anterior demonstramos aquilo que é de mais essencial para compreender a complexidade que permeia a noção da categoria política na *Ontologia do Ser Social*. Deste modo, colocamos em questão uma série de determinações que devemos pressupor ao analisar essa categoria da política, tal como a relação entre a esfera material da vida com a dimensão ideal do mundo dos homens enquanto forma de superação do velho debate metafísico a respeito da política; do trabalho e das posições teleológicas enquanto veículo da criação de determinações sociais; da alienação e da objetivação enquanto formas de exteriorização da auto-atividade dos homens; e da ideologia enquanto função social.

Todo esse percurso foi necessário dado que determinar o lugar da categoria da política na obra de Lukács apresenta algumas objeções. A primeira que precisamos ressaltar é que Lukács aborda esse tema de forma mais explícita no interior de um complexo mais abrangente (ideologia). O segundo motivo é que ao analisar a categoria da práxis política ele trabalhou diversas interações entre as categorias do ser social que são essenciais para uma abordagem ontológica deste complexo. Cabe agora entrarmos diretamente sobre a categoria da política, mais precisamente em sua caracterização restrita³⁸.

Para Lukács, a categoria da política é uma forma de pôr teleológico secundário onde a peculiaridade está diretamente relacionada na incidência imediata da vida social. Seu momento ideal vincula-se à necessidade de responder questões e problemas concretos do *hic et nunc* social, de tal modo que coloca em movimento o mundo fenomênico como terreno do ato de mudar (podendo conservar ou destruir o existente em cada caso). A práxis desencadeada nesse processo, por mais que atue diretamente no mundo fenomênico social, aciona de modo mediado à essência social, de tal forma em que essa unidade contraditória entre essência e fenômeno

³⁸ Uma caracterização restrita da política consiste em demonstrar como os homens tornam-se conscientes a partir da categoria em questão. Deste modo, veremos como o “ser que responde”, com a ajuda da política, tornam-se conscientes e ativos em relação aos conflitos sociais.

passa a ser tanto seu ponto de partida como seu fim necessariamente posto. Destarte, a práxis política também é um complexo universal da totalidade social, pois é por intermédio desse complexo que a sociedade se apoia para enfrentar e resolver conflitos condizentes a toda sociedade.

Esses são apenas os contornos mais gerais e abstratos da categoria da política. De modo algum essa síntese é suficiente para compreender a peculiaridade dessa legalidade indivisível do ser social, mas esta já aponta para três características fundamentais da política que trabalharemos daqui para frente: tratam-se da práxis, da mediação e da relação entre essência e fenômeno. Para compreender a categoria política no âmbito de uma ontologia do ser social é necessário analisar esses contornos ponto a ponto, para que não se confunda com outras categorias de semelhante (e não igual) função, como por exemplo, a categoria direito.

A primeira pergunta que devemos nos fazer é porque Lukács relaciona a categoria da política associada ao complexo ideológico do mundo dos homens? A principal característica indagada nessa pergunta é o fato da política não estar orientada diretamente com o metabolismo da sociedade com a natureza, como ocorre nas posições teleológicas primárias, mas sim por influenciar pessoas a executarem atividades orientadas por outras pessoas (LUKÁCS, 2014, p.358). Desta maneira, para o desenvolvimento da categoria da política devemos pressupor a caracterização mais geral de toda atividade humana – o pôr teleológico – assim como um certo avanço na organização da divisão social do trabalho.

A divisão do trabalho em Lukács tem um papel fundamental no desenvolvimento da categoria da política porque é através dessa divisão que se ampliaram as possibilidades de mediação entre os indivíduos. Vale ressaltar que a divisão do trabalho em sua etapa inicial – e tão somente inicial, pois sua autenticidade social surgirá com a divisão do trabalho material com o trabalho espiritual – tem necessidades vinculadas à constituição biológica dos homens³⁹. Mas em estágios mais avançados, devido à capacidade de criação de coisas novas

³⁹ Diz Lukács: A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social, expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho. (LUKÁCS, 2014, p.162)

através do trabalho, esse limite biológico passa a ser menos determinante na constituição do ser social, ocasionando um afastamento cada vez mais crescente das barreiras naturais. Na medida em que se avançam as capacidades dos homens por intermédio do trabalho, também se avançam as formas de mediação entre os indivíduos, dando origem a novas formas de organização social. Assim, as posições teleológicas secundárias se desenvolvem num nível mais avançado tanto maior for o nível de complexidade da divisão do trabalho.

Outro guia que nos ajuda a pensar porque a categoria da política se enquadra no quadro ideal do mundo dos homens certamente é o seu caráter *ontológico-prático*. Como apontado no capítulo anterior, o complexo da ideologia não se identifica imediatamente por ser uma falsa consciência, pois a correção ou a falsidade de uma ideia não bastam para formar uma ideologia. Para uma ideia se tornar uma ideologia ela deve ser um condutor teórico ou prático de uma resolução social, de modo em que o mesmo também confere para a categoria da política. Para explicar esse caráter *ontológico-prático* da política, Lukács ilustra o feito de Lenin ao perceber a possibilidade de uma revolução socialista com a derrocada do czar⁴⁰. Sobre isso, diz Lukács:

Lenin não tinha nenhuma dúvida de que condições objetivas para uma revolução socialista estavam dadas com a derrocada do czarismo em fevereiro. Ele inclusive sempre proclamou essa sua convicção, mas não teria podido realizá-la nem com a melhor propaganda a favor dessa perspectiva se não tivesse identificado o “elo da corrente” da etapa dada do desenvolvimento no anseio por paz entre todos os trabalhadores e no desejo de ter terra entre os agricultores. As duas palavras de ordem “terra e paz” podiam ser tidas como realizáveis – se consideradas apenas segundo o seu teor puro e simples – também na sociedade burguesa. A genialidade política de Lenin, diante disso, consistiu em ter reconhecido o antagonismo de que elas, por um lado, constituíram o anseio insaciável e ardente das grandes massas, mas, por outro, eram praticamente inaceitáveis para a burguesia russa e, sob as

⁴⁰ Aqui é necessário situar dois momentos: a revolução de fevereiro e a revolução de outubro. A primeira teve um importante papel para a derrubada do czar e a instauração de uma república liberal burguesa instaurando-se uma forma de governo provisório sobre orientação do príncipe Georgy Lvov e do ministro de guerra Alexander Kerenski. Neste momento foi possibilitada a volta de vários políticos exilados da Rússia, dentre eles Lenin. O segundo momento ficou conhecida como revolução de outubro liderada pelos bolcheviques onde Lenin teve um papel fundamental. Foram entre esses dois períodos que Lenin lançou as “Teses de Abril” que denunciava a farsa do governo provisório e a possibilidade da aliança do proletariado e do campesinato na luta contra a exploração do capital e contra a guerra imperialista.

circunstâncias dadas, tampouco receberiam apoio ou seriam passivamente toleradas nem mesmo pelos partidos pequeno-burgueses. Assim, as finalidades políticas estipuladas, que em si nem precisariam revolucionar a sociedade burguesa, se transformaram em material explosivo, em veículo para provocar uma situação em que a revolução socialista pudesse ser realizada exitosamente. (LUKÁCS, 2014, p.505)

Apoiando-se nesse exemplo, podemos sustentar que categoria da política tem um caráter de mediação, pois é por via dessa categoria que os homens se conscientizam e enfrentam os problemas que dizem respeito a toda sociedade. Assim, também podemos verificar que a categoria da política é sustentada de maneira indissolúvel com a esfera socioeconômica da realidade⁴¹.

Deste exemplo podemos afirmar que a política é um complexo da práxis. Entretanto, ela não vai ter um caráter delimitado pela divisão do trabalho como ocorre com o direito que, pela sua característica, demanda uma regulação. A política se destacará pelo seu caráter de mediação, e por conta dessa característica ela pertence à práxis mediada (LUKÁCS, 2014, p.502). Por isso, a práxis política não pode ser vista como um complexo concreto de forma espontânea como ocorre com outros complexos. Sobre isso Lukács diz que

A política é um complexo universal da totalidade social, só que se trata de um complexo da práxis, mais precisamente, da práxis mediada, que, por isso mesmo, de modo algum tem a possibilidade de ter uma universalidade tão identicamente espontânea e permanente como a linguagem enquanto órgão primordial da apropriação do mundo através da objetivação dos objetos, bem como dos sujeitos que os põem pela alienação e se apropriam deles. Isso quer dizer que a política tem como fundamento a ação dos indivíduos. (LUKÁCS, 2014, p.502)

Por obter essa característica de mediadora dos conflitos sociais, assim como não há a necessidade de existir especialistas autênticos delimitados pela divisão social do trabalho, é o que torna a política uma forma de práxis direcionada para a totalidade da sociedade. Por isso Lukács vê alguma razão em autores que afirmam que tudo é política, como no caso de Gottfried Keller (LUKÁCS, 2014, p.502). Mas

⁴¹ Para evitar uma interpretação idealista sobre o complexo da ideologia, é importante frisar que para Lukács a ideia é produto tardio do desenvolvimento material, mas de modo algum isso quer dizer que o ideal é um produto de menor valor ontológico. Por mais que exista uma prioridade do desenvolvimento da materialidade sobre os complexos ideológicos, o salto ontológico do ser natural para o ser social coloca o complexo ideológico numa posição fundamental na constituição do ser.

isso de modo algum significa que a política é uma categoria a-histórica ou presente em todas as sociedades humanas, mas apenas que é difícil identificar em termos formais onde começa e termina o que vem a ser a política do ponto de vista ontológico⁴². Contudo, em sociedades mais avançadas, o poder político será concentrado pelo Estado, tornando a política um instrumento de dominação de uma classe sobre as outras⁴³.

Para Lukács, o campo da política é o campo do conflito. Este posicionamento na sociedade confere à práxis política um lugar na totalidade social de modo em que coloca em movimento a unidade entre fenômeno e essência. A esse respeito Lukács aponta que:

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto. Porém, justamente por causa dessa unidade imediatamente dada de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada. (LUKÁCS, 2014, pp.502 e 503)

Esta unidade contraditória do qual Lukács faz alusão é a relação entre o humano (essência) e o modo de produção (fenômeno) que constituem as forças produtivas⁴⁴. Para exemplificar como ocorre essa unidade, no capitalismo coexiste a

⁴² Vale ressaltar que em toda *Ontologia* Lukács se utiliza do método marxiano do qual o máximo que se pode alcançar de conhecimento concreto é sua manifestação *post festum*, sob o qual “a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento.” (LUKÁCS, 2014, p.43). Nesse sentido, dizer quando ou onde surge a política não condiz com o método de Lukács.

⁴³ No terceiro capítulo serão debatidas suas formas de alienação.

⁴⁴ “[...] à diferença entre essência e fenômeno no sentido econômico, a partir da qual com muita frequência pode se desdobrar um antagonismo abrupto, como no caso, investigado a seu tempo por nós, do antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas como desenvolvimento simultâneo das faculdades humanas (essência) e seu modo fenomênico

atividade humana que transforma a natureza em bens necessários para sua reprodução (trabalho) ao mesmo tempo em que reduz essa capacidade produtiva, por intermédio do capital e da propriedade privada dos bens produzidos socialmente, numa atividade reificada. No campo do conflito, a resolução dessa contradição sempre se passa pelo âmbito fenomênico, de modo que, se ocorre um avanço ou uma regressão deste, passa a interferir na reprodução do gênero humano (essência). A razão disso, como apontada no capítulo anterior, é porque o ser social é um ser prático que age a partir de funções alternativas, onde a característica é posta desde o ato de trabalho. Do ponto de vista da práxis política, esta unidade adquire uma figura explícita porque é por essa atividade que se resolvem as tensões entre particularidade e gênero humano.

Evidentemente, fenômeno e essência compõem uma unidade, mas em cada esfera, devido às diversas interações, assumem papéis distintos. Lukács explica isso se apoiando no exemplo de Marx que concerne à distribuição. Segundo esse exemplo, Marx apresenta a distribuição como algo que não é independente da relação de produção. Contudo, essa subordinação não diminui seu papel no quadro da totalidade da sociedade, apontando que a distribuição, antes de ser uma mera distribuição ela envolve uma distribuição dos meios de produção; distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção; da subsunção dos indivíduos sob as relações de produção determinada (LUKÁCS, 2014, p.504). Assim, o que parece que seria um problema imediato, restrito a divisão da ciência burguesa, é antes disso um problema mediado, ou seja, econômico. Deste modo, diz Lukács,

[...] o critério para a função e o significado históricos da ideologia não reside na correção cientificamente objetiva do seu conteúdo, como espelhamento fidedigno da realidade, mas no modo e na direção do seu impacto sobre as tendências que puseram o desenvolvimento das forças produtivas na ordem do dia. (LUKÁCS, 2014, p.505)

Remetendo-se ao exemplo da revolução Russa, Lukács ilustra como essa relação entre essência e fenômeno está interligada. A experiência de Lenin anteriormente citado é um excelente exemplo. Do ponto de vista da movimentação da práxis política, no período da revolução Russa, Lenin precisou compreender

no capitalismo, que levou a uma degradação e um estranhamento dos homens.” (LUKÁCS, 2014, p.341)

quais as tendências particulares que levariam a um efeito decisivo para um acontecimento universal. O chamado por Lenin de “elo da corrente”, constituído pela palavra de ordem “terra e paz”, expressa de maneira explícita como o terreno fenomênico social pode desencadear o processo de transformação da totalidade social.

Entretanto, até agora esta abordagem corresponde ao indivíduo que é o sujeito da ação. Mas esse critério também pode ser observado em um movimento social, como aponta Lukács. Para exemplificar este movimento ele demonstra o que há de essencial na formação do império de Bismarck. Neste caso, o “elo da corrente” entre processo fenomênico social com a totalidade está fundamentado na guerra contra Áustria e na guerra contra a França⁴⁵. Diz Lukács:

[...] elo da corrente, nessa situação, consistiu de duas guerras: contra a Áustria, visando manter intactas contra a interferência externa as fronteiras da união aduaneira, que eram a base econômica real da unidade alemã, e contra a França, para assegurar a unidade política a partir de dentro e a partir de fora. Obviamente o único modo de considerar tais elos da corrente é o concretamente histórico. A derrota da revolução burguesa de 1848 acarretou a impossibilidade prática e real de acertar radicalmente as contas com o regime de pequenos Estados, com a supremacia prussiana, com os resquícios do absolutismo feudal, que, nas camadas mais amplas da burguesia, fizeram preponderar a perspectiva “unidade antes da liberdade”; foi essa derrota que criou uma situação em que os meios das guerras se transformaram em elos da corrente para a consecução da unidade estatal da nação. Em 1866, Bismarck ainda tinha uma noção relativamente correta dessa conexão ao impedir exitosamente toda anexação pela Áustria, mas já em 1871 a guerra extrapolou esse quadro – mediante a anexação da Alsácia-Lorena –, desencadeando cadeias causais completamente diversas em toda a política alemã posterior. (LUKÁCS, 2014, p.506)

Assim, todo esse percurso realizado pela investigação de Lukács aponta que um processo imediato da práxis ideológico-político, causado pela demanda econômica, pode ser enfrentado e resolvido por intermédio da política. Evidentemente, até agora, podemos estabelecer que a eficácia da práxis política – que parte da imediatez social – é capaz interferir de modo decisivo no desenvolvimento da totalidade social. Desse modo, por mais que seja difícil delimitá-

⁴⁵ Guerra que ocorreu entre 1870 a 1871. A vitória da Prússia marcou a unificação da Alemanha e a queda de Napoleão III que resultou na instauração da terceira República Francesa.

la em termos formais – por pertencer à práxis mediada –, ela passa a ter uma objetividade material no mundo dos homens. Neste caso, Lukács diz que

[...] o exame objetivamente ontológico da história deve prestar atenção às sequências causais desencadeadas pela decisão política em cada caso concreto. Quando falamos da duração, naturalmente não tínhamos em mente nenhum lapso de tempo abstrato, quantitativamente determinável, mas a questão referente a se os novos momentos causais postos em marcha no pôr teleológico, não importando com que grau de consciência isso seja feito, influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise. (LUKÁCS, 2014, p.507)

É necessário compreender que a *duração* terá como alvo fundamental a essência do processo histórico. No capítulo anterior abordamos sobre a capacidade humana constante de criação de situações novas pelo intermédio das posições teleológicas. A implicação dessa capacidade humana indica que em cada momento histórico os homens constroem diversas novas situações e buscam novas respostas para elas, de forma que exista uma profunda relação entre por teleológico e causalidade. O resultado dessa relação é o que Lukács chama de causalidade posta, que significa um movimento causal posto em movimento por pores teleológicos. Nesse sentido, a *duração* tem o significado voltado para como as cadeias causais desencadeadas pelos homens podem incidir sobre o fenômeno. Ou seja, somente quando as consequências históricas influem sobre o desenvolvimento social.

Para exemplificar melhor a forma da qual Lukács se refere sobre a *duração*, podemos nos remeter a Marx no “*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*”, onde ele coloca que todos os movimentos de classes, assim como as reformas do Estado aparecem no ser-precisamente-assim desencadeado na França na revolução de 1848⁴⁶. Assim, podemos observar que as decisões políticas influem sobre a imediaticidade social ao mesmo tempo que estão inseridas numa legalidade histórica do ser-precisamente-assim⁴⁷. Este exemplo é o que abre a discussão de Lukács sobre *O Processo de Democratização* (LUKÁCS, 2008), onde ele exemplifica

⁴⁶ Também ficou conhecida como Primavera dos Povos. Este evento englobou vários países da Europa central e oriental devido a insatisfação dos regimes autocráticos, da crise econômica e do aumento da miséria entre os povos em questão.

⁴⁷ O ser-precisamente-assim é uma categoria histórico social do qual se apresentam as forças contraditórias das determinações socioeconômicas do desenvolvimento histórico.

que a democracia – ou melhor, a democratização – não é um processo estático e desistorizado, mas sim, acompanhado por diversos processos sociais concretos. Entretanto, por mais que a democracia seja um processo, ela tem suas heranças na Grécia antiga (LUKÁCS, 2008). Na Ontologia, Lukács se debruça no exemplo da revolução de 1789, colocando que o problema da sociedade burguesa só chegou a se realizar pela via do terror e com a restauração do império com Napoleão e com a derrubada da terceira República.

É necessário compreender que a duração terá como alvo fundamental a essência do processo histórico. No capítulo anterior abordamos sobre a capacidade humana constante de criação de situações novas pelo intermédio das posições teleológicas. A implicação dessa capacidade humana indica que em cada momento histórico os homens constroem diversas novas situações e buscam novas respostas para elas, de forma que exista uma profunda relação entre por teleológico e causalidade. O resultado dessa relação é o que Lukács chama de causalidade posta, que significa um movimento causal posto em movimento por pores teleológicos. Nesse sentido, a duração tem o significado voltado para como as cadeias causais desencadeadas pelos homens podem incidir sobre o fenômeno. Ou seja, somente quando as consequências históricas influem sobre o desenvolvimento social.⁴⁸ Nesse sentido, Lukács faz valer indiretamente⁴⁹ uma das famosas sínteses de Marx no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, quando ele diz que “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011). Dessa forma, diz Lukács, o homem que dá respostas jamais é independente das questões impostas pela história, mas que, de igual maneira, o movimento social que se tornou objetivo nunca será independente de sua gênese humano-social.

A unicidade da *duração* com a *eficácia* reproduz simultaneamente a igualdade e a diversidade tanto do por teleológico primário quanto do por secundário. Essa igualdade só tem fundamento porque colocam em movimento os pores teleológicos

⁴⁸ Diz Lukács: “é preciso romper com tais preconceitos, como se existisse alguma política que tenha preservado sem alteração desde o começo até agora os traços decisivos da essência ou como se a política fosse simplesmente um momento de cada estrutura concreta, cuja característica não poderia ser aplicada de maneira alguma a outras estruturas”. (LUKÁCS, 2014, p.511)

⁴⁹ Indiretamente porque Lukács não cita explicitamente esse trecho de Marx.

de maneira intencional, ou seja, porque põe em marcha pessoas ou forças naturais reais, sendo que a diversidade se dará no campo qualitativo. Por isso que, quanto mais complexo for o por teleológico maior o grau de incerteza do movimento produzido. Do ponto de vista dos pores teleológico de intenção política, a *duração* é o terreno das possibilidades, mas essa possibilidade não necessariamente pode ser apreendida de antemão, uma vez em que o novo pode ser constantemente produzido⁵⁰.

Deste modo, vimos que na práxis política, do ponto de vista ontológico, se desenvolve necessariamente dentro dos marcos da estrutura econômica da sociedade, mas a sua qualidade peculiar só pode ser enfrentado e resolvido politicamente no campo de ação do ser-precisamente-assim histórico⁵¹. Devido a isso, as alteridades qualitativas podem se desenvolver das mais diversas maneiras, dependendo da etapa de desenvolvimento de uma sociedade.

Todavia, ainda é necessário retratar a incorporação dos aspectos subjetivos do dirimir dos conflitos sociais, uma vez que toda essa análise tenha priorizado o fator objetivo⁵². Para entender isso, é necessário resgatar seu fundamento ontológico.

O fato ontológico de que “o homem é um ser que responde” não se restringe a respostas para o mundo exterior aos indivíduos em sociedade, mas também para seu enriquecimento subjetivo sobre o mundo. No capítulo anterior, dizíamos que o desenvolvimento das forças produtivas colocava em prática aquilo que os homens compreendiam do mundo ao mesmo tempo em que enriquecem sua compreensão da natureza. Ou seja, partir das formas de objetivações (*Objektivationen* e *Vergegenständlichung*), que é possibilitada pelo trabalho, os homens mudam suas formas de ver e de se relacionar com o mundo. Deste modo, a incidência sobre o trato subjetivo tem um fundamento ontológico. Mas essa expressão não deve ser

⁵⁰ É por essa razão que a história pode proporcionar um juízo válido sobre um movimento social, mas esta validade só pode ser concretamente apreendida *post festum*.

⁵¹ É importante ressaltar que Lukács, na sua Ontologia, não irá esgotar as conexões dinâmicas entre a práxis política e outras formas de comportamento prático, pois ele deixa claro que outras conexões seriam tratadas na Ética.

⁵² O caráter humano-social da gênese, do caminho encetado por um movimento, determina também a direção e o conteúdo da práxis posterior. O homem enquanto ser que responde nunca é independente da questão que a história lhe coloca, mas de igual maneira o movimento social que se tornou objetivo jamais pode se tornar independente de sua gênese humano-social, político-moral (LUKÁCS, 2014, p.509).

trivializada, onde o ser social estaria simplesmente submetido ao fator objetivo. Sobre isso, Lukács diz:

Trata-se, muito antes, de que o ser social daí resultante produz base natural da vida para a média das pessoas e suas ideias, em essência, nada mais são que tentativas de tomar consciência de sua própria existência pessoal. O fato de isso se exteriorizar, então, de modo mais ou menos geral não só no estrato intelectual criado pela divisão social do trabalho, mas na média de todas as pessoas que se sentem ligadas ontologicamente a essa forma de ser, não mais constitui para nós um fenômeno novo, pois objetivação e alienação são formas sociais elementares de vida, sem as quais nem o trabalho nem a linguagem seriam possíveis, sendo, portanto, a tendência para certa generalização igualmente um modo de expressão elementar de todos os homens que vivem em sociedade. (LUKÁCS, 2014, p.520)

Nesse trecho, percebemos que as condições objetivas colocam em movimento questões voltadas para a formação das ideias. Esta última, por sua vez, busca respostas para seus problemas em seu tempo histórico, ou seja, na imediatez social no quadro do ser-precisamente-assim. Dessa forma, o trato subjetivo será a posição teleológica responsável pela conscientização das tendências reais postas em movimento pelas escolhas entre alternativas⁵³ de modo em que coloque em movimento tanto a conservação quanto a transformação de toda sociedade.

O fator subjetivo, de modo geral, tem uma relação com o *status quo* social, uma vez em que provem dela as formas de conscientização da vida social. O exemplo utilizado por Lukács para evidenciar essa composição ideológica inerente às formas de funcionamento da sociedade é o exemplo utilizado por Marx na *Ideologia Alemã*, onde é posto que “as ideias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideia; portanto, são expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (LUKÁCS, 2014, p.519). Evidentemente, esse exemplo apenas explica como se reproduz, do ponto de vista ideológico, a hegemonia de uma classe sobre as demais classes sociais. Entretanto, jamais deve-se negligenciar que também passa pelo

⁵³ É necessário observar que Lukács diz no primeiro capítulo que o trabalho, assim como a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho formam uma totalidade, de modo em que essas categorias nunca se desenvolvem isoladamente. Isso quer dizer que o trabalho só pode se desenvolver numa coletividade.

trato subjetivo as questões de classes que possibilitam o salto de uma classe *em si* de classe *para si*⁵⁴, de tal modo que, em última instância, quem vai decidir o ato de transformar uma sociedade pelas bases de uma sociedade serão sempre os indivíduos.

Quando se fala do salto de uma classe *em si* para uma classe *para si*, do ponto de visto ideológico, é necessário levantar algumas questões. Em primeiro lugar, é necessário um certo desenvolvimento da divisão do trabalho ao ponto em que rompa com a reprodução de uma estrutura social que envolve de modo inseparável a base econômica do ser social das formas materiais da vida enquanto membro de uma sociedade. Isso porque, nas sociedades anteriores ao capitalismo, pertencer a uma tribo é a condição socioeconômica da existência do homem ao ponto de que sua vida privada seja idêntica aos deveres de um cidadão. Nesse caso, toda reforma ou modificação de uma sociedade nesses moldes é necessário à restauração desse tipo de organicidade, o que compromete a possibilidade de uma abstração direcionada para o futuro⁵⁵. Em segundo lugar – e este mais diretamente relacionado com os fatores subjetivos – é que consciência não é, necessariamente, idêntica à consciência da realidade exterior. Ela é, em sua peculiaridade, a síntese abstrativa de processos fenomênicos que consiste em manter, modificar ou rejeitar todo seu conjunto (escolhas entre alternativas concretas). Isso se desenvolve porque o por teleológico de intenção política se desenvolve no âmbito do *hic et nunc* concreto, de modo em que coloque em movimento tanto os aspectos fenomênicos da sociedade quanto sua essência. Isso quer dizer que as *qualidades* resultantes da dinâmica da práxis política se desenvolvem de forma distinta conforme se configura

⁵⁴ O exemplo utilizado por Lukács para explicar a classe *para si* se desenrola na sociedade moderna, uma vez em que essa sociedade é a mais desenvolvida e complexa do que todas as anteriores. Para ter clareza sobre isso, é preciso destacar que o princípio básico do trabalho e a crescente socialização das atividades humanas e o crescente distanciamento do homem das barreiras naturais. O capitalismo é a primeira formação econômica da história que estabeleceu a relação entre Estado e sociedade civil em termos puramente sociais, colocando a propriedade privada e as relações de troca enquanto critério para ser membro da sociedade. Dessa forma, conforme a metodologia ontológica de investigação científica, Lukács utilizará a sociedade mais complexa para iluminar a de menor complexidade.

⁵⁵ “[...] nem escravos nem plebeus desenvolveram tal ideologia a partir de si mesmos, e as iniciativas para ela em determinados grupos heréticos da Idade Média, é impensável sem a influência cidadina do capitalismo incipiente, isto é, sem um desenvolvimento economicamente chamado a dissolver a ordem social feudal.” (LUKÁCS, 2014, p.521)

a imediaticidade da etapa do desenvolvimento das forças produtivas. A esse respeito Lukács diz:

A ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade. A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada (sendo que, como já foi demonstrado, a defesa da realidade dada contra tentativas de mudança evidencia a mesma estrutura prática). A sua peculiaridade dentro do conjunto da práxis é a generalização que, em última análise, é sempre orientada socialmente, isto é, a síntese abstrativa de grupos de fenômenos cujo elemento comum consiste sobretudo em que podem ser mantidos, modificados ou rejeitados em seu conjunto. (LUKÁCS, 2014, p.520)

Este aspecto de que a consciência não é apenas um reflexo da consciência exterior também pode ser notado, na *Ontologia* de Lukács, quando aplicado ao debate sobre a dinâmica da divisão das lutas de classes no sentido marxista – uma vez que foi posto por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* que em situações revolucionárias, a classe oprimida pode ganhar aliados importantes da classe dominante. Segundo Lukács, a luta de classes é uma luta política, de modo em que sua generalização nos marcos do capitalismo tem o caráter dinâmico universal – uma vez em que o intercâmbio dos valores de troca é base produtiva real de toda igualdade e liberdade (LUKÁCS, 2008, p.88). Mas isso é o ingrediente de intensificação no que diz respeito aos aspectos qualitativos no campo da política, pois na luta imediata, embora as contradições ainda se desenvolvam entre burguesia e proletariado, elas não se restringem a esses aspectos.

Por essa razão, é de grande interesse teórico ver como Lenin generaliza tais constatações de Marx justamente aplicando-as à luta de classes do cotidiano e procura determinar a sua essência a partir das funções que desempenham nesta luta cotidiana. A exemplo de Marx, Lenin tampouco admite restringir a luta de classes aos antagonismos imediatos entre burguesia e proletariado. A seu ver, isso faz surgir no proletariado apenas uma consciência sindicalista [trade-unionistisches] espontânea. E, totalmente no sentido de Marx, ele só reconhece a verdadeira luta de classes, a genuína consciência de classe proletária onde se expressa de modo consciente a prioridade da dimensão política. (LUKÁCS, 2014, p.522)

Em vista disso, a práxis política destina-se para a possibilidade de uma mudança prática onde as formas subjetivas se reflitam na amplitude das determinações sociais, pois somente assim movimentos espontâneos de insatisfação, que abarcam a totalidade da sociedade, poderiam se tornar uma ação revolucionária. E, em termos qualitativos, a ação revolucionária evidencia que o subjetivo não se coloca apenas como a reprodução dos fatores externos, mas sim como uma questão que extrapola a imediatez.

Para Lukács, o ápice do significado prático dos pores teleológicos de orientação política se traduz quanto uma teoria adquire força material na transformação da sociedade, ou seja, quando se evidencia que sua essência possui um caráter nitidamente ideológico. Nessa dinâmica, o fator subjetivo deve conseguir se desenvolver, de maneira mais ampla, quanto à insatisfação das condições sociais chega a negar a sua totalidade existente, de tal modo que a noção teórica se eleva a condição teórica de práxis transformadora. A exemplo disso, Lukács diz que esse movimento se identifica quando os estratos inferiores não querem mais a imposição dos estratos superiores e quando os estratos superiores não mais possam impor as condições de reprodução normalmente estabelecida (LUKÁCS, 2014, p.523). É nesse antagonismo que está estabelecida a função decisiva do fator subjetivo no âmbito da luta de classes no sentido marxista.

Dessa caracterização, Lukács chega a concluir alguns fatores. Primeiro que nenhuma forma de dominação se corrói por si mesmo. Como dito anteriormente, não há situação política absolutamente sem saída, isto é, incapaz de viabilizar as transformações sociais. Do mesmo modo, não é possível uma mudança automaticamente favorável no âmbito da mediação política, uma vez em que essa divisão do trabalho impõe diversos interesses em conflito. O segundo fator é que este aspecto negativo coloca em jogo uma saída positiva, que significa a “fecundidade transformadora, da práxis revolucionária” (LUKÁCS, 2014, p.524). Aqui, o que prevalece é algo que vem sendo discutido desde as primeiras páginas desse trabalho, isto é, que uma atividade social (seja ela revolucionária ou não) não somente modifica a realidade, como também modifica reiteradamente o desenvolvimento do ser social. Dito de outra forma, as circunstâncias do desenvolvimento econômico podem criar situações revolucionárias, mas as

condições objetivas para sua realização dependem de fatores que transcendem a luta meramente econômica⁵⁶. A esse respeito diz Lukács que:

A consequência histórica necessária dela é que o desenvolvimento econômico pode até criar condições objetivamente revolucionárias, mas ele de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo. As circunstâncias histórico-sociais concretas precisam ser investigadas concretamente em cada caso singular. De modo universalmente ontológico, elas estão baseadas, em última análise, no caráter alternativo de toda resolução humana, cujo pressuposto necessário é que os mesmos acontecimentos sociais influem diferentemente sobre os diferentes estratos e, em seu âmbito, sobre os diferentes indivíduos. Contudo, só esses acontecimentos, as condições por eles criadas, podem ter uma determinidade evidentemente causal. (LUKÁCS, 2014, p.524)

Segundo Lukács, foi por depender de fatores que transcendem a luta meramente econômica que Lenin pode observar que o proletariado, em sua imediatividade, somente poderia alcançar uma consciência sindicalista espontânea, uma vez em que a esfera da luta econômica está restrita na relação entre trabalhadores e patrões (LUKÁCS, 2014, p.522). Colocado de outra forma, o desenvolvimento econômico pode criar condições objetivas para uma revolução, mas de modo algum produz obrigatoriamente o fator subjetivo para realizá-la⁵⁷.

A consequência que podemos retirar dos processos revolucionários, segundo Lukács, é a evidência mais próxima de que são os homens que fazem a sua história. Por exemplo, o processo econômico não determinará quais as respostas serão dadas para solucionar um processo de crise aguda, mas confere ao trato subjetivo, isto é, ao “ser que responde”, o impulso para a estruturação do mundo e de si mesmo⁵⁸. Entretanto, no processo de crise aguda, sobretudo em momentos revolucionários, a atuação dos homens para a transformação da essência econômica, tem como ponto de partida a resolução de problemas no âmbito

⁵⁶ Lukács cita como exemplo o caso do fracasso da revolução na Alemanha de 1859-1861 e da Rússia de 1879-1880 comentado por Lenin para mostrar que nem toda situação revolucionária necessariamente evolui para uma revolução.

⁵⁷ [...] se esse em-si se converterá num para-si, se essa possibilidade se transformará numa realidade, é algo que já não pode ser derivado diretamente do processo econômico, embora naturalmente a possibilidade enquanto realidade social seja produzida pelo processo econômico. (LUKÁCS, 2014, pp.533 e 534)

⁵⁸ Para evitar interpretações de natureza idealista, aqui estamos realizando o movimento de volta, isto é, do subjetivo para o objetivo. O movimento do objeto para o sujeito foi realizado nas páginas anteriores.

imediatamente, o que quer dizer que essa consciência surge da situação em que cada homem está colocado na sociedade. Pois como diz Lukács:

As perguntas que os processos econômicos suscitam na transformação dinâmica das formações, cujas respostas levam os homens singulares a se formarem e desenvolverem tanto como seres genéricos quanto como individualidades, de fato têm a base de sua realidade última nas objetividades economicamente determinadas da sua respectiva atualidade, mas ultrapassam ininterruptamente essa imediatidade justamente no entorno social do ser, sobretudo naquele que está baseado na divisão social do trabalho. Esse ultrapassar, no entanto, não deixa de ser determinado, em última análise, pelo processo material de produção; quando um determinado posicionamento espiritual se torna autônomo sempre haverá uma necessidade social como seu motor. Essa conexão de modo algum precisa ser consciente, e inclusive na realidade ele o é só em casos de extrema excepcionalidade. “Eles não o sabem, mas o fazem”, diz Marx sobre a práxis social dos homens; pode-se dizer, aliás, que, quanto mais distanciada tal práxis estiver do processo de produção no sentido mais estrito, tanto menor é a probabilidade de que ela seja efetuada com a consciência correta quanto aos seus próprios fundamentos e funções sociais. (LUKÁCS, 2014, p.534)

Aqui entramos num momento que extrapola as alternativas que giram em torno da economia. Como citado anteriormente, as condições econômicas colocam em questão a necessidade de os homens escolherem entre alternativas. Segundo Lukács, essas escolhas têm enquanto essência a possibilidade de saltar do reino da necessidade para o reino da liberdade⁵⁹. Devido a este salto, o fator subjetivo adquire aspectos de desenvolvimento singular no interior do mundo dos homens, ao ponto em que sua consciência entre em harmonia consigo mesma. O resultado disso é que individualidade e genericidade tornam-se a estrutura básica da práxis. Mas este fator não é mecanicamente posto, pois pode “ser pressuposto como de conhecimento geral que o conteúdo, a forma, as inter-relações etc. de genericidade e individualidade são diferentemente constituídas em cada etapa do desenvolvimento social e dão origem a relações diferentes entre si.” (LUKÁCS, 2014, p.535). Ou seja, por mais que individualidade e genericidade, do ponto de vista ontológico, se desenvolvam enquanto uma unidade é possível, em termos de consciência, separar essas dimensões. Segundo Lukács

⁵⁹ O reino da necessidade é a base indispensável do homem. No entanto, com o desdobramento das forças humanas os homens colocaram esse reino em-si num valor para-si, subsumindo o reino da necessidade no reino da liberdade.

Esse é o caso, por exemplo, no tempo presente. A individualidade domina a consciência, particularmente no plano da inteligência, de modo tão exclusivo que predominam representações como se nem existisse uma generidade e, com ela, uma vinculação de todos os indivíduos à socialidade (quando muito, de modo pura e negativamente objetivo na forma do “estranhamento”). (LUKÁCS, 2014, p. 535)

Mas isso não passa de uma ilusão se confrontado com os fatos. O que se observa é que objetivamente o ser-em-si do gênero humano atingiu um patamar de desenvolvimento amplamente vasto se comparado com o passado, pois as relações reais dos indivíduos em sociedade nunca foi tão cheia de determinações⁶⁰.

Portanto, o que Lukács expôs sobre a política enquanto caracterização restrita da ideologia é que ela se apresenta no mundo dos homens como duplo movimento que, do ponto de vista ontológico, se apresenta como uma unidade contraditória. O primeiro movimento se posiciona na incidência imediata na vida social cuja finalidade é responder questões e problemas concretos do *hic et nunc* social. O segundo movimento trata-se da incidência dessa imediatez no processo da constituição do gênero humano. Sendo assim, a política aparece como um componente do complexo do ser social, uma vez em que é pela síntese dessas dimensões que os homens vão atuar e se conscientizar sobre o destino de toda a sociedade.

Em vista disso a práxis política é o componente que media o comportamento humano (que é historicamente desenvolvido) do âmbito fenomênico para o âmbito da essência e vice-versa. Evidentemente, a síntese dessas duas dimensões terá suas especificidades no que diz respeito aos fatores objetivos e aos fatores subjetivos, pois por mais que o desenvolvimento do homem seja sempre em resposta à uma determinada circunstância, sua consciência não se desenvolverá como um mero reflexo das determinações postas. Também vimos que no fator subjetivo, em decorrência do avanço da divisão do trabalho social e das especificidades postas pelo momento histórico vivido pelos homens, a luta das resoluções sociais possibilitou o salto do ser *em-si* para o ser *para-si*, contribuindo para a autenticidade do afastamento das barreiras naturais.

⁶⁰ Essa riqueza de determinações são produtos do longo processo de divisão do trabalho.

Assim, a política pensada no âmbito da Ontologia do ser social, não é tratada através da dicotomia entre a dimensão ideal do mundo dos homens da esfera material da vida, mas deve ser pensada como momento que realiza a síntese dessas dimensões. Isso de modo algum exclui as especificidades que permeiam o complexo concreto da práxis política, mas apenas evidencia que o ser social se desenvolve enquanto uma “unidade de contrários”.

Para o próximo capítulo abordaremos como a práxis política é o elo de mediação entre a imediaticidade da vida social com a constituição do gênero humano.

4. A PRÁXIS POLÍTICA COMO UM COMPLEXO UNIVERSAL DA TOTALIDADE SOCIAL.

O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade Burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada. (IX Tese sobre Feuerbach)

No primeiro capítulo tivemos a preocupação de expor as principais condicionantes que dão base para fundamentar uma abordagem ontológica da categoria da política. Esta preocupação se assemelha com as inquietações de Lukács referentes ao último capítulo de sua *Ontologia*, onde o autor postula que para compreender concretamente o fenômeno do estranhamento é necessário visualizar sua posição dentro da totalidade do complexo social. Deste modo, para evitar qualquer distorção idealista sobre a categoria da política em Lukács, abordamos como a categoria da totalidade é fundamental para estabelecer os vínculos concretos entre fenômeno e essência, assim como a articulação entre singularidade, particularidade e universalidade.

No segundo capítulo, abordamos diretamente a categoria da política em sua caracterização restrita, isto é, como um pôr teleológico integrado ao complexo concreto da ideologia que visa incidir na imediaticidade da vida social, de tal forma em que coloca em movimento o mundo fenomênico como terreno de constantes mudanças. Também foi mostrado como sua incidência no mundo fenomênico é capaz de influenciar de modo decisivo sobre a essência das relações concretas de uma determinada particularidade histórica, de modo em que sua ação influencia extrair um determinado comportamento de um coletivo. Notoriamente, a função social exercida por esse pôr teleológico (secundário), que torna a transformação social consciente e operativa, confere uma importância fundamental ao fator subjetivo, pois fica a cargo da subjetividade o caminho para as escolhas entre alternativas proporcionadas pela circunstância histórica. Deste modo, Lukács coloca na ordem do dia a dinâmica entre a esfera material da vida com a dimensão ideal do mundo dos homens de modo em que reconhece a indissolúvel unidade dessas esferas.

Diante de tais conjecturas abordadas por Lukács, de que maneira a categoria da política – na obra *Para uma Ontologia do Ser Social* – se relaciona com o complexo universal da totalidade social? Alguns autores postulam que a categoria da política na obra de Lukács, por ser uma categoria que incide na imediaticidade

social, não pode ser abordada em termos universais, visto que a política sempre comporta uma historicidade⁶¹. Outro fator que anularia os vínculos da política com a universalidade da totalidade social seria a ideia de que ela é um poder exercido somente para a dominação de uma classe sobre outra classe. Esta outra perspectiva de análise foi levantada por Sérgio Lessa no livro *Lukács: Ética e política* onde ele afirma que:

A política é o poder que se exerce no e pelo Estado. Decorre da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem. Tal como o Estado é a sociedade de classes organizada politicamente, a política é o poder de classe que se exerce no e através do Estado. É a disputa, direta ou indiretamente, pelo poder do Estado, pelo poder da propriedade privada organizado politicamente. (LESSA, 2016, p.36)

Evidentemente, esta posição de Sérgio Lessa sobre a política está orientada pelo complexo do estranhamento (*entfremdung*)⁶² e não da política enquanto um complexo da ideologia – uma vez em que a política se traduz como a negação da essência humana. Visto deste modo, a categoria da política perderia o caráter de universalidade porque sua essência estaria delimitada na exploração do homem pelo homem essencialmente vinculado ao surgimento do Estado⁶³.

Como analisado no capítulo anterior, Lukács situa a categoria da política, em suas especificidades, no interior dos complexos ideológicos. Mas é necessário enfatizar que a política não se reduz apenas a ideologia. A resolução dos conflitos sociais por intermédio da política congrega uma multiplicidade de fatores – tal como geográficos, históricos, culturais, econômicos, sociais, individuais e etc. – que, se negligenciados, podem reduzir essa categoria numa caricatura abstrata e muito

⁶¹ Esta abordagem pode ser assistida no curso livre sobre Lukács realizado pela editora Boitempo. O tema da mesa é *Ideologia e política no último Lukács*, palestra por José Paulo Netto e Ronaldo Vielmi Fortes.

⁶² Atualmente existem duas traduções da Ontologia de Lukács da qual uma foi feita pela editora Boitempo e a outra pelo Coletivo Veredas. A primeira utilizou para a tradução de *Entfremdung* a palavra “Estranhamento” enquanto que o segundo utilizou a palavra “Alienação”.

⁶³ Em outro momento, Sérgio Lessa afirma que a categoria da política na *Ontologia do Ser Social* receberá um tratamento questionável, uma vez em a política aparece enquanto universalidade. Segundo ele, a política abordada dessa forma levaria a afirmação de que essa categoria não teria um caráter histórico e de classe, tal como se demonstra com a categoria do Direito. Sérgio Lessa ainda complementa afirmando que Lukács teria ignorado que “a essência da política diz respeito, de modo direto, as atividades voltadas à reprodução da dominação do homem pelo homem” (LESSA 2002, p.119).

questionável. Dito dessa forma, a alegação de que a política é um poder que se estende do surgimento da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem, embora seja verdadeira – e como veremos é afirmado pelo próprio Lukács no capítulo do Estranhamento – e tenha sua efetividade numa particularidade histórica, não pode ser reduzida a esse processo, pois partindo unicamente desse fundamento perde-se de vista que a possibilidade da intermediação dessa categoria com o constructo da emancipação humana.

Para a análise desta questão começaremos com um fato ontológico decisivo para Lukács: “tudo no âmbito do ser social, possui um caráter histórico” (LUKÁCS, 2014 p.361). Assim, ele rejeita toda concepção a-histórica e até mesmo as concepções de determinações mecânicas exploradas pelo marxismo vulgar. Para o filósofo húngaro, toda forma de ser do mundo dos homens pode ser alterada pela práxis social, mesmo que em determinados momentos da história possam surgir elementos aparentemente estáticos e fixos. Com diz Lukács:

[...] no ser social, sobretudo no âmbito da economia, cada objeto é, por sua essência, um complexo processual; este, porém, muitas vezes se apresenta no mundo fenomênico como objeto estático de contornos fixos; nesse caso, o fenômeno se torna fenômeno justamente pelo fato de fazer desaparecer para a imediatidade o processo ao qual ele deve sua existência como fenômeno. (LUKÁCS, 2014, p.377)

Esta advertência se faz necessária porque na análise de Lukács a ideia de universalidade de uma categoria – especialmente as categorias sociais e históricas – não coincide diretamente com algo imutável e até mesmo presente em toda formação social. Caso a universalidade de um processo fosse visto deste modo, seria impossível extrair dos principais complexos do ser social uma dinâmica materialista dialética. A universalidade analisada por Lukács, em sua ontologia, guarda o sentido de contingência, isto é, acompanha o quadro geral de um desenvolvimento histórico que tem como característica a persistência da causalidade⁶⁴. Como discutido no primeiro capítulo, esta causalidade incide até

⁶⁴ Para o aprofundamento dessa questão sugerimos a leitura do livro “Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica” de autoria de José Chasin, conferindo destaque para o capítulo “Da teoria das abstrações à crítica de Lukács”.

mesmo nas posições teleológicas onde a síntese deste processo é chamada pelo filósofo húngaro de *causalidade posta*.

A universalidade é uma categoria ontológica do próprio objeto que expressa um processo real. No mundo dos homens, o processo real é constituído pela síntese de processos universais, particulares e singulares de modo em que estão articuladas simultaneamente. Deste modo, como afirmado no primeiro capítulo, todo objeto tem sua universalidade, até mesmo um ato singular, podendo se expressar de formas variadas. Para situar essa característica, o filósofo húngaro resgata o poema de Goethe chamado “*Duração na mudança*”⁶⁵ para afirmar que o “universal de um singular pode, portanto, ser uma determinação de reflexão de objetividades no interior de um complexo, como também a de dois complexos um em relação ao outro” (LUKÁCS, 2014, p.392). Neste poema, embora Goethe esteja fazendo o contorno de duas relações muito distintas entre a relação de duração e mudança na natureza e na personalidade humana, em sua processualidade elas se aproximam. A proximidade desse processo está na inseparável esfera do organismo e seu ambiente com a vida humana, de modo em que ganham expressão na dialética entre mudança e duração. Em termos gerais, essa inter-relação não se trata de um movimento cíclico da natureza, mas sim de relação humana autocriada. Essa relação nos remete à afirmação de Lukács de que o “ser-para-um-outro puramente natural adquire, através do processo de produção consciente, uma vinculação nova com o ser humano – que, deste modo, torna-se social; e essa vinculação não tinha a possibilidade de existir na natureza” (LUKÁCS, 2012, 409).

Esta característica da universalidade, numa análise materialista dialética dos processos históricos sociais, jamais deve ser negligenciada, pois por decorrência dessa omissão – que também pode ser metodológica⁶⁶ – para a análise da categoria da política, pode resultar numa instabilidade categorial em relação aos principais complexos do ser social (trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento). Esta instabilidade pode levar até mesmo ao entendimento de um complexo mais fundamental do que o outro e não enquanto um complexo que só funciona dentro da dinâmica de diversos complexos.

⁶⁵ Pode ser encontrado no alemão com o título “*Dauer im Wechsel*”.

⁶⁶ Metodológico no sentido que fundamentação de uma ontologia materialista que compreenda em si a historicidade, a processualidade e a contraditoriedade dialética do real, tal como exposto no último capítulo do primeiro volume sobre *os princípios ontológicos fundamentais de Marx*.

Esta observação de modo algum responde definitivamente a pergunta anteriormente feita sobre a relação da categoria da política enquanto um complexo da totalidade social, mas apenas serve para demonstrar a amplitude em que se pode utilizar metodologicamente o conceito de universalidade. No segundo capítulo vimos a categoria da política como uma função do complexo ideológico, mas não diretamente relacionada às formas de dominação do homem sobre o homem. Para tanto, é preciso avançar sobre o complexo do estranhamento⁶⁷.

O fundamento ontológico do estranhamento está no fato da necessidade da essência humana se objetivar em um elemento externo e de si mesmo. O exemplo que Lukács se apoia para posicionar esse fundamento ontológico trata-se da necessidade de reprodução biológica do corpo, isto é, a fome⁶⁸. O que ocorre é que o homem, enquanto ser natural, necessita de algo externo, fora de si para sua existência. Deste modo, a essência do estranhamento não está no fato da essência humana se estranhar de si mesmo, mas sim em se complementar com algo exterior (como uma unidade). Pelo trabalho, que é o momento de síntese real do homem com a natureza, emergem diversas conexões que podem tanto desenvolver as suas forças produtivas quanto ampliar suas capacidades humanas. Contudo, diz Lukács, “o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente por esse incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar e etc. a personalidade humana” (LUKÁCS, 2014, p.581). Portanto, poderíamos afirmar que o estranhamento não tem seu fundamento na exploração do homem pelo homem, mas sim na inter-relação do homem com a natureza.

O elo entre o estranhamento⁶⁹ com a práxis política se desenrola na cotidianidade⁷⁰. Segundo Lukács, é no cotidiano que ocorre a síntese entre

⁶⁷ Vale ressaltar que abordaremos os fundamentos ontológicos do estranhamento no que diz respeito ao trato da categoria da política.

⁶⁸ Exemplo de Marx presente nos *Manuscritos econômico e filosóficos*.

⁶⁹ Para não fugir do tema proposto por esta dissertação só apontaremos os aspectos do Estranhamento que abrangem a categoria da política.

⁷⁰ É necessário enfatizar aqui que estamos abordando a política do ponto de vista ontológico, que por sua vez deve ter um embasamento teórico primário no cotidiano. A epistemologia burguesa ao longo do século XX vai constituir uma via científica da política, atribuindo ênfase na segunda em relação à primeira. Em uma nota editorial do Instituto Lukács eles explicam que “Tanto o primeiro complexo como o segundo têm seu ponto de partida no cotidiano, mas não se limitam a esse espaço e tempo. A arte e a ciência desenvolvem diante das necessidades históricas e sociais sua especificidade e função social na reprodução da humanidade, adquirem sua autonomia relativa ante o complexo

singularidade, particularidade e universalidade, de modo em que a atividade humana seja tanto seu ponto de partida quanto seu ponto de chegada⁷¹. Assim, é no cotidiano que se constitui o movimento dialético unitário que realiza a integração de todas as categorias do ser social desenvolvidas ao longo da história, assim como onde vão se conferir a maior parte das resoluções dos conflitos sociais. Sendo assim, este elo (entre o estranhamento e a cotidianidade) permite um solo próspero para ampliação dos embates ideológicos, permitindo o encontro das relações produzidas socialmente – visto a necessidade ontológica do homem se complementar de algo exterior a sua individualidade – com a necessidade de reprodução da vida material. Afirmo nosso autor que “o estranhamento de todo homem singular brota diretamente de suas inter-relações com a sua própria vida cotidiana” (LUKÁCS, 2014, p.637), e isso de modo algum distancia o indivíduo de seu ser genérico. Na verdade, essa relação concretiza esses conteúdos e as suas formas.

Assim como a estrutura e o desenvolvimento econômicos da sociedade fornece a base objetiva dos fenômenos, assim a ontologia da vida cotidiana fornece aquele medium versátil da imediatidade, que no caso da maioria dos homens é a forma que os coloca concretamente em comunicação com as tendências espirituais do seu tempo. Pessoas que são atingidas direta e continuamente pelas exteriorizações ideológicas propriamente ditas, aquelas mais claras e mais elevadas do seu tempo, e, em sua práxis, sempre reagem diretamente a elas figuram entre as exceções. Porém, mesmo no caso delas, os impactos da ontologia do cotidiano continuam atuantes. Por isso, jamais poderemos negligenciar esse campo de mediação. (LUKÁCS, 2014, p.637 e 638)

Para se ter uma ideia da dimensão do que estamos expondo, Lukács postula que até mesmo o “fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso

fundante do trabalho e da totalidade social. Os dois complexos sociais em questão, a arte e a ciência, partem do cotidiano e retornam a ele enriquecendo-o, compondo esse cotidiano de elementos essenciais para os indivíduos na relação com o gênero humano e sua história” (LUKÁCS, 2018, p.11.).

⁷¹ Em outro momento, Lukács diz que “El comportamiento cotidiano del hombre es comienzo y final al mismo tiempo de toda actividad humana. Si nos representamos la cotidianidad como un gran río, puede decirse que de él se desprenden, en formas superiores de recepción y reproducción de la realidad, la ciencia y el arte, se diferencian, se constituyen de acuerdo con sus finalidades específicas, alcanzan su forma pura en esa especificidad – que nace de sus efectos, de su influencia en la vida de los hombres, desembocar de nuevo en la corriente de la vida cotidiana” (LUKÁCS, 1966, pp. 11 e 12).

um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia” (LUKÁCS, 2014 p.47). Ao mesmo tempo, também é no cotidiano que ocorrem as dinâmicas mais complexas do ser social. Deste modo, reconhece Lukács que:

O “mundo” do cotidiano diferencia-se do “mundo” do trabalho sobretudo pelo fato de que, nele, o aspecto da alienação dos pores desempenha um papel tanto extensiva como intensivamente muito maior. A personalidade do homem exprime-se objetivamente antes de tudo na práxis do trabalho, mas faz parte da essência da vida humana, que as tendências para o ser-para-si, para a autoconsciência, via de regra, ganhem validade, de modo imediatamente pronunciado, na esfera do cotidiano, do âmbito da atividade do homem inteiro. Acresce-se a isso, reforçando de modo geral essas tendências, introduzindo em suas consequências uma problemática aguçada, que a crítica que os fatos objetivos fazem aos pores humanos é muito mais fraca, muito mais insegura na vida cotidiana do que no próprio trabalho (LUKÁCS 2014, p.442).

Ao que diz respeito à política a cotidianidade tem um papel fundamental visto que sua forma de ser, do ponto de vista ontológico, vincula-se a responder problemas concretos do *hic et nunc* social, isto é, da incidência imediata da vida. Deste modo, jamais poderíamos apresentar a universalidade da totalidade da categoria da política sem ao menos apontar o papel que cumpre a esfera dinâmica da cotidianidade.

Portanto, o cotidiano é o campo que reúne o conjunto das atividades humanas no âmbito da produção e da reprodução social. Com isso, vemos uma inter-relação ontológica que media a reprodução espontânea da sociedade com as práticas mais genéricas do ser social. Basta lembrar que uma das características da práxis política – e, portanto, da ideologia – é responsável por tornar a prática humana consciente e operativa para sua reprodução. Isso permitiu a Lukács vislumbrar em Lenin a consagração de que um movimento espontâneo pode transformar-se em uma prática revolucionária. Se fosse algo contrário, isto é, se a compreensão desse movimento fosse retilíneo ou absolutizado jamais seria possível a compreensão da mudança do *em-si* para o *para-si*. Dessa forma, dirá Lukács que

Lenin mostra polemicamente, tomando como exemplo a orientação dos “economistas” que então ocupava o primeiro plano, como em princípio é perfeitamente possível que os movimentos espontâneos existentes em dado momento possam ser espontaneamente

convertidos em lemas políticos, que sem dúvida nesse processo possa surgir a partir deles uma política, só que uma política com conteúdos e objetivos meramente sindicais, isto é, espontaneamente econômicos, que fundamentalmente leve à adequação da atividade do proletariado ao quadro do status quo burguês e que, portanto, no plano ideológico, no momento de dirimir os conflitos, não permita que o movimento dos trabalhadores ultrapasse o ponto de vista momentâneo da burguesia. Esse reconhecimento da dialética realmente existente e operante é complementado e completado pela constatação de que, não obstante toda a processualidade espontânea do desenvolvimento da resistência dos trabalhadores que passa da sublevação espontânea individual para lutas econômicas espontâneas coletivas e para formas políticas de pensamento e organização, é só por meio de um salto que o processo pode alcançar o seu estágio ontologicamente adequado. (LUKÁCS, 2014, p.760)

É importante mostrar esses aspectos da política no âmbito do estranhamento porque aqui ela se apresenta num contexto pouco explorado por Lukács no capítulo da ideologia. Este contexto seria uma sociedade de classe plenamente desenvolvida, onde a superestrutura política adquire uma forma de controle social para a reprodução da sociedade como um todo. A política como uma categoria restrita da ideologia exposta por Lukács – no capítulo dedicado à ideologia –, está delineada num marco histórico anterior à formação das sociedades divididas em classes onde esta apresentava dois aspectos: enquanto elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social operativa e consciente e enquanto um meio de dirimir os conflitos sociais. Assim, o caráter negativo da política se desenvolverá quando o fundamento ontológico do estranhamento (a necessidade de se objetivar também nos elementos externos) passa a ser usado enquanto ferramenta de exploração típica de uma sociedade cindida em classes sociais⁷².

A política, tanto como uma categoria da ideologia quanto para sua reprodução estranhada, tem sua vinculação com a totalidade social sempre com base na reprodução da genericidade humana. Se negligenciar essa característica ontológica

⁷² Este aspecto de práxis política estranhada (de dominação do homem pelo homem) será atribuída por José Chasin como um desenvolvimento onto-negativa. Diz Chasin: “Tratando-se de uma configuração de natureza ontológica, o propósito essencial dessa teoria [marxiana] é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do ser social. Onde, é *onto-negativa*, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo tempo, isto é, na condição de historicamente circunstancial, numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo curso de sua pré-história” (CHASIN, 2009, p.64).

do ser social, a categoria da política terá apenas uma característica instrumental que, por sua vez, estará restrita a uma particularidade histórica que só interessam às representações dos homens singulares. Na ontologia de Lukács o decisivo é que o alcance da reprodução da genericidade humana no estranhamento e no desenvolvimento dos complexos ideológicos coloca em questão o desenvolvimento do ser *para-si* (mesmo que de formas variadas) e a categoria política, se observado o exemplo citado de Lenin, também tem o papel fundamental para a superação (ou não) das contradições sociais. Sendo assim, a política pode ser realizada em diversos aspectos da vida social sempre que o destino concreto de uma sociedade for colocado em questão.

Não muito distante Gramsci aponta para o mesmo caminho. Segundo Gramsci, pode-se empregar a expressão *catarse* como momento de transição do momento econômico para o ético-político. Com isso, o momento catártico, que tem seu caráter imediato na vida cotidiana avança para a universalidade concreta da genericidade humana. Diz ele que:

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da necessidade à liberdade. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo transforma-se em meio a liberdade em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (GRAMSCI, 2014, p.314 e 315)⁷³

Apesar dessa aproximação, Lukács pontua que é correto o entendimento da “ideologia como superestrutura que surge das bases econômicas” (LUKÁCS, 2014, p.464), mas errôneo uma interpretação que lhe atribui plena autonomia de pessoas singulares.

Mas uma pergunta que poderia surgir sobre esse “duplo” aspecto da categoria política poderia ser: como a política, que atua no *hic et nunc* social, poderia se relacionar com a universalidade da totalidade social? Aqui é preciso resgatar a compreensão da dialética materialista de Marx fundamentada unidade entre

⁷³ A filosofia de Benedetto Croce.

essência e fenômeno representado em dois momentos. Como dialogado por Lukács – do qual vimos no capítulo anterior –, a estruturação das forças produtivas atribui à dialética contraditória das relações humanas e do modo de produção. Isso quer dizer que em todo processo de reprodução social nos marcos do capitalismo coexiste a atividade humana do trabalho e também da atividade de desumanização expressa pelo intermédio do capital e da propriedade privada dos meios de produção. Assim, no campo onde se constrói o intermédio dos conflitos, isto é, a política, se há uma regressão ou um avanço na dinâmica fenomênica, esta passa a intervir na reprodução do gênero humano. Se há uma regressão no homem particular, o gênero humano se empobrece, o que nos leva a entender que o homem é genérico e singular ao mesmo tempo. O segundo momento pode ser relacionado numa sociedade onde não há uma sociedade cindida em classes sociais. Mesmo assim, os problemas que surgem com a divisão do trabalho social necessitam de um veículo que media as tensões sociais, e a práxis política é uma das formas de mediação⁷⁴. Deste modo, a política é a esfera que consegue relacionar a consciência dos homens ao pertencimento do gênero, ao mesmo tempo em que vincula os aspectos imediatos da práxis cotidiana. O fato da possibilidade de tornar movimentos espontâneos, isto é, dentro dos marcos econômicos do capitalismo, uma atividade revolucionária de luta contra a alienação humana explica bem essa mediação entre práxis cotidiana rumo a genericidade humana.

A universalidade da política discutida por Lukács não se aproxima de uma apreensão a-histórica do desenvolvimento da sociedade. A universalidade deve ser compreendida sob três eixos da discussão (que são complementares). A primeira é que ela envolve toda sociedade (no sentido econômico), uma vez em que em seu início não há a necessidade de um corpo de especialistas para esta função – como ocorre com o direito. De modo ilustrativo podemos aproximar – apenas aproximar – a forma de realização da práxis política ao que Gramsci denominou de *grande política*⁷⁵. Deste modo, a universalidade (que como vimos no início deste capítulo

⁷⁴ Recomenda-se a leitura do livro *A origem da família e da propriedade privada* de Engels.

⁷⁵ “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre diversas frações de uma mesma classe política. Portanto é grande política tentar excluir a grande política do âmbito estatal e reduzir tudo a pequena política” (GRAMSCI, 2015, pp. 21 e 22)

não significa algo rígido) tem como característica sua abrangência no interior de uma sociedade. Mas ao longo do tempo, com a finalidade de submeter interesses e dominação a política passou a ser organizada para este fim (através de um corpo burocratizado). Porém, ainda que no jogo da burguesia, a política, isto é, das práxis mediada e do campo do conflito, deve fazer a mediação com diversos indivíduos não especialistas para tal finalidade⁷⁶.

O segundo seria o que diz respeito ao seu desenvolvimento restrito. A duração, enquanto condição de incidir sobre determinada tendência real do desenvolvimento social que pode impactar tendências econômicas determinadas, terá como alvo as tendências históricas do progresso social. A abrangência da política, no tocante desta questão, implica em moldar a personalidade humana para uma finalidade, e este alcance passa pela incidência no conjunto da sociedade, que engloba desde movimentos sociais até partidos políticos e etc. Por conta desta amplitude a política está presente na totalidade social.

O terceiro momento seria através da abrangência da política na ação dos indivíduos em sociedade, isto é, na relação entre a unidade de sujeito/objeto. A atuação política neste caso destina-se para a possibilidade de uma mudança prática onde as formas subjetivas se reflitam na amplitude das determinações sociais, pois assim diversos movimentos de insatisfação – que abarcam a totalidade da sociedade – poderiam se tornar uma ação revolucionária.

A universalidade de modo algum exclui o papel da cotidianidade como o ponto de partida da política. Pelo contrário, a vida cotidiana é colocada como um dos mais altos graus da superestrutura justamente porque é o começo e o final de toda práxis humana. Portanto, a cotidianidade não aparece para a política como algo de menor importância, mas sim como algo que potencializa as possibilidades e as capacidades do mundo dos homens.

⁷⁶ Aqui também é importante situar o reconhecimento crítico de Lukács as questões postas por Gramsci, reconhecendo tanto os erros quanto os acertos. Diz Lukács que “Gramsci certa vez falou de um duplo significado da expressão ideologia. Em suas interessantes explicações devemos, entretanto, criticar o fato de ele contrastar a necessária superestrutura somente com as representações arbitrárias dos homens singulares. Ainda assim, cabe-lhe o mérito de ter articulado claramente a ambiguidade sempre furtiva desse termo tão importante. Mas, ao fazer isso, ele infelizmente incorre imediatamente numa abstração convencional. Por um lado, está correto que os marxistas entendem por ideologia a superestrutura que necessariamente surge de uma base econômica, mas, por outro lado, é errôneo compreender o conceito de ideologia em seu uso pejorativo, que representa uma realidade social indubitavelmente existente, como formação arbitrária do pensamento de pessoas singulares.”

O fato do caráter espontâneo dos movimentos sociais brotarem da esfera cotidiana e pelo intermédio de vários fatores sociais criarem a possibilidade de superação dos processos de desumanização já demonstra o tamanho de sua importância para a realização da práxis política. Assim, por intermédio da práxis política existe a possibilidade de suspender a fluidez cotidiana.

Podemos concluir que, para Lukács, antes do surgimento da sociedade dividida em classes sociais, a política possuía uma dimensão de universalidade. Numa sociedade de classes, a afirmação da política enquanto seu aspecto universal sofre um salto qualitativo, sendo que este deve ser entendido dentro do quadro já chamado aqui de *grande política*, pois é nesta esfera que envolve a totalidade social na luta pela conservação ou destruição das estruturas econômico-sociais. Mas com a sociedade cindida em classes sociais de interesses antagônicos a política adquire um caráter restritamente ideológico com a finalidade de exercer uma coerção às demais classes. Neste sentido, sua *função social* da política será exercida pelas ideias da classe dominante uma vez em que o conflito social gira em torno de uma estrutura já estabelecida e predominantemente funcionando para atender a interesses privados.

Já no seu sentido negativo é a mediação política em sua forma estranhada de dominação do homem pelo homem. Aqui, o que prevalece é a retirada da práxis política do controle da totalidade social e elevando uma característica particular de um momento histórico para toda sociedade. Neste caso, a política dominante é a política da classe dominante⁷⁷.

Isso não quer dizer que existe uma dicotomia entre a esfera da *grande política* e a *pequena política*. Essas dimensões formam uma unidade dialética, onde se demonstra em qual terreno a classe dominante exerce sua completa hegemonia. A exploração das classes subalternas sempre é um indicativo da condição de supremacia das classes dominantes. A reprodução desse fato pode ser observada quando Lenin afirma que

A consciência política de classe pode levada ao operário somente do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. O único campo pelo qual é possível atingir esta consciência é o campo de todas as classes e de

⁷⁷ Parafraseando o que Marx e Engels disseram sobre as ideias dominantes na *Ideologia Alemã*. Esta passagem foi citada na página 57 desta dissertação.

todos os estratos da população com o Estado e com o governo, o campo da relação recíprocas de todas as classes (*apud* LUKÁCS, 2014, p.738)

Deste modo, a *pequena política* é o local do conflito onde se reproduz a imediatividade do cotidiano, isto é, a base fenomênica da sociedade. Lembrando que para Gramsci, o fato de tentar excluir a *grande política* do âmbito interno das relações Estatais e transformar esse momento em *pequena política* faz parte do escopo da *grande política*⁷⁸.

A busca pela transformação objetiva da *grande política* pode ser pensada como esfera do conflito que atinge a base da esfera econômica da sociedade, ou seja, a essência de toda reprodução social humana. A *grande política* é o campo do conflito que envolve toda sociedade para decisões capaz de modificar toda superestrutura da sociedade, isto é, o momento decisivo para o salto de uma classe *em-si* para uma classe *para-si*.

Assim, vimos que a práxis política enquanto um complexo da universalidade da totalidade social se desenvolve na medida em que esta categoria torna-se uma práxis rumo a genericidade humana. Se não existe esta aproximação da práxis política enquanto uma categoria do ideal e da ideologia o seu caráter restrito declina numa categoria vazia e meramente instrumental, se transformando em algo absolutamente sem saída para as forças antagônicas das classes dominantes. Mas, observamos que a atividade social não somente modifica a realidade, como também modifica reiteradamente o desenvolvimento do ser social. Proferido de outra forma, as circunstâncias do desenvolvimento econômico podem criar situações revolucionárias, mas as condições objetivas para sua realização dependem de fatores que transcendem a luta meramente econômica. Aqui, a práxis política desempenha um papel fundamental no trato subjetivo, conferindo ao “ser que responde” um dos impulsos para a reestruturação do mundo e de si mesmo. Portanto, a política enquanto caracterização restrita da ideologia se apresenta no mundo dos homens como uma unidade contraditória. É um movimento que se posiciona na

⁷⁸ Vale a pena observar que o conceito de grande política e pequena política não aparece em Gramsci tal como em Lukács. Em Gramsci, essa análise não vai se dar enquanto momento restrito dos complexos ideológicos, mas sim na Arte. Em Lukács, a arte aparece como forma ideológica pura, assim com a filosofia. Deste modo, a diferença entre esse Gramsci e Lukács, em referência ao tema da política, pode se diferenciar diante desta questão.

incidência imediata na vida social cuja finalidade é responder questões e problemas concretos do *hic et nunc* social, ao mesmo tempo que é uma das categorias que permite o salto da imediaticidade no processo da constituição do gênero humano.

A categoria da política aparece em *Para uma Ontologia do Ser Social*, como um componente do complexo ideológico, e seu lugar contribui para atuar e se conscientizar sobre o destino de toda sociedade.

5. CONCLUSÃO

O que pretendemos nessa dissertação é analisar o lugar da categoria da política na *Ontologia* de Lukács. De modo geral a exposição tomou duas direções, mas como explicado ao longo do primeiro capítulo, essas direções não são opostas. Elas compõem uma unidade dialética. O que isso quer dizer?

Só podemos compreender o papel da categoria política enquanto universalidade da totalidade social na *Ontologia* de Lukács se ela estiver situada no complexo da ideologia. A ideologia, para Lukács, não se configura como um conjunto de ideias vazias, mas sim como ideias que servem para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Deste modo, a ideologia se configura enquanto prática e enquanto função social. Entender esta categoria distante deste complexo seria reduzi-la a estruturas já estranhadas do ser genérico, atribuindo-lhes apenas um caráter negativo.

Aqui reside algo fundamental de toda discussão. Na *Ontologia* de Lukács, a práxis é a atividade que media o mundo material da esfera subjetiva – pela mediação do trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Esta mediação é responsável por originar toda realidade social. Assim, a atividade ideológica será reconhecida por Lukács por tornar o homem um sujeito ativo no mundo real, conferindo um papel fundamental à práxis.

O título dessa dissertação sugere que a politicidade, ou seja, o ato de realizar a política é uma forma de práxis. Mas como desenvolvemos a relação de uma coisa com a outra ao longo do texto?

Para responder a essa pergunta optamos por abordar a categoria da política em suas peculiaridades. No sentido restrito, a categoria da política é uma forma de pôr teleológico secundário vinculado ao momento ideal. Sua peculiaridade é incidir sobre a imediatez da vida social onde seu momento ideal está permanentemente sujeitado a responder questões e problemas concretos do *hic et nunc* social. Isto permite que o mundo fenomênico social dê um salto de qualidade, permitindo (ou não) que os homens ampliem as possibilidades de uma intervenção na realidade material, criando assim um terreno para mudanças fundamentalmente sociais. Embora esta incidência se dê num primeiro momento na realidade mais imediata, isto é, no campo fenomênico, de forma alguma estará restrito a este campo.

Com o desencadeamento da transformação do mundo fenomênico esta práxis coloca em movimento a essência social, de tal forma que a unidade contraditória entre essência e fenômeno passa a ser tanto seu ponto de partida quanto seu fim necessariamente posto. Isso quer dizer que as transformações do mundo cotidiano, que podem ocorrer nas mais adversas situações, fazem com que os homens busquem sempre uma resolução. Esta resolução enriquece a atividade humana, de modo em que as respostas adquiridas contribuem para o “afastamento do homem com a natureza”, isto é, passa a tornar seu entorno uma ambiente cada vez mais social, assim como ele mesmo. Assim, essa atividade passa a se conectar diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas humanas, ou seja, com a esfera econômica (essência). Assim, podemos pontuar um desencadeamento dialético do comportamento humano, de modo em que o ponto de partida imediato, em algum momento já era a síntese de outro ponto de partida. Por isso, essência e fenômeno são tanto um ponto de partida quanto um fim necessariamente posto. Assim, podemos ver que um processo imediato, causado por uma demanda econômica ou não, pode ser enfrentado pela própria atividade humana. Mas o que é relevante é que esse conflito social pode ser solucionado (eficácia) via práticas ideológico-política.

Seguindo o texto de Lukács, avançamos para as cadeias causais desencadeadas pelo homem (causalidade posta) por incidir sobre o fenômeno, ou seja, para o que ele categoriza por *duração* e sua relação com a *eficácia*. Aqui novamente a práxis é determinante para o elo entre eficácia e duração. Esta unidade produzirá a igualdade e a diversidade dos pores teleológicos de modo em que quanto mais complexo for o por teleológico maior o grau de incerteza do movimento produzido.

Mas isso não se encerra por aqui. Como já indicado por Lukács, “o homem é um ser que responde”. Se ele apresenta respostas para o mundo, como ele as internalizam? Como desenvolve os aspectos subjetivos do dirimir dos conflitos sociais? Aqui reside outro momento importante dessa dissertação, pois é nesta relação que os fundamentos dos vínculos efetivos existentes entre a dimensão ideal da sociabilidade humana com a esfera material da reprodução da vida. É pelo trato subjetivo, em relação com o objetivo que se criaram as possibilidades do salto do *em-si* para o *para-si*. Mas se tivemos que concluir sinteticamente todo este capítulo,

podemos afirmar que toda sociabilidade humana ligada às práticas ideológicas está permanentemente vinculada à práxis humana.

Mas até aqui foi suficiente para entender a politicidade enquanto uma forma de práxis em seu sentido restrito. Para ser uma autêntica práxis social ela deve estar conectada também em um sentido amplo. Deste modo, e entrando na segunda direção desta conclusão, quais os vínculos da categoria política com a universalidade da totalidade social? No terceiro capítulo cuidamos de realizar os vínculos necessários para responder tal questão.

Começamos por esclarecer algumas ideias contidas na Ontologia. A primeira seria se a política, por partir de uma imediatez social poderia alcançar o estatuto universal da totalidade social. É fundamental essa pergunta porque trata-se de uma polêmica no interior do próprio marxismo. Esta polêmica vem da pergunta: é possível a política ser entendida como mediação para a emancipação humana?⁷⁹ A orientação dessa questão tem como núcleo a posição da política diante dos complexos sociais. Alguns pensadores vão negar situar a política enquanto um complexo ideológico, atribuindo esta categoria ao complexo do estranhamento. Lukács debruça suas análises sobre ambos os complexos.

Para responder a tal questão abordamos novamente o conceito de universalidade e de cotidiano. A ideia central foi afirmar que Lukács não trabalha com essas categorias de forma inflexível, pois ao enrijecer estas categorias ao mesmo tempo enrijeceríamos a própria dinâmica da dialética marxista. Também afirmamos que o cotidiano é o ponto que congrega singularidade, particularidade e universalidade, na mesma direção em que foi afirmado no segundo capítulo sobre o ponto de partida e o ponto de chegada.

Depois apontamos sobre os fundamentos dos complexos do estranhamento observando que em estágios avançados da sociabilidade humana, a política poderia se comportar enquanto elemento negativo para o ser genérico, uma vez que esta categoria poderia ser utilizada como instrumento de dominação de uma classe sobre as demais classes sociais, como ocorre no capitalismo.

Mas o ponto chave que foi levantado sobre a política, tanto em sua reprodução estranhada, como na sua dimensão ideológica, é que possuem aspectos

⁷⁹ Para o lado da positividade da política indicamos a tese de doutorado de Paulo Douglas Barsotti intitulado *O Estado, a Política e o Bonapartismo no Pensamento Marxiano*. Para o lado negativo, recomendamos a tese de Bruno Gonçalves da Paixão intitulada *A Política em Marx*.

ligados à universalidade da totalidade social. Estas estão conectadas pelo que Gramsci chamou de grande política, onde o intuito é mostrar que nessa esfera que envolve toda sociedade no campo do conflito social partir dessa ideia positiva da categoria da política é afirmar esta como veículo de transformações revolucionárias. Ao mesmo tempo, como se trata de uma esfera que pertence à práxis mediada, as possibilidades de regressão do gênero humano também são viáveis.

Assim, podemos concluir que o lugar da política em *Para uma Ontologia do Ser Social* é algo contingencial. Se por um lado ela pode ser utilizada como ferramenta de dominação, por outro lado ela pode ser um veículo da emancipação humana. Entretanto, é certo confirmar que, na ótica de Lukács (via Ontologia), a possibilidade da categoria da política aproximar os indivíduos do gênero humano só é possível se levar em conta o seu lugar enquanto uma categoria pertencente ao complexo da ideologia.

REFERÊNCIAS

- BARSOTTI, Paulo. (2002). **Marx: defensor do estado? O estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano**. São Paulo: USP, Tese de Doutorado FFLCH.
- CARLI, Ranieri. **A política em György Lukács**. São Paulo: Cortez, 2013.
- CHASIN, Jóse. **Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Lukács, a ontologia e a política**. 3.ed. In: Lukács, um Galileu no século XX. São Paulo: Boitempo, 1996.
- DEL ROIO (org.) **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- FORTES, Ronaldo. **A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács**. In "Trabalho & Educação/UFGM. Belo Horizonte, v.24, n1, p. 215-231, jan/abr. 2015.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, v.1**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, v.5**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira**. São Paulo, 2010.
- LUKÁCS, Georg. **ESTÉTICA: La peculiaridad de lo estetico**. México, Grijalbo. 1966.
- LUKÁCS, Georg. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo**. Santo André: Estudos e Ad Hominem e Viçosa: UFV, 1999.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956/1957**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2014. v.1.

PAIXÃO, Bruno Gonçalves. **A política em Lukács**. São Paulo, Instituto Lukács 2017.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ideológica**. In: Revista Ensaio, nº 17/18, São Paulo: Ensaio, 1989.

BIBLIOGRAFIA

ALCANTÁRA, Norma. **Lukács: ontologia e alienação**. São Paulo, Instituto Lukács, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

DEL ROIO, Marcos. **O império universal e seus antípodas: A ocidentalização do mundo**. São Paulo, Ícone.1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983.

EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2000.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÊNIN, V.I. **Obras escolhidas**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, tomo 6, 1986.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. ***Prolegômenos para uma ontologia do ser social***. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. ***O jovem Marx e outros escritos de filosofia***. Rio de Janeiro: editora URFJ, 2009.

LYOTARD, J.-F. ***A condição pós-moderna***. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.

MARX, Karl. ***Manifesto do Partido Comunista***. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ***Manuscritos econômico-filosóficos***. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

MARX, Karl. ***Crítica da filosofia do direito de Hegel***. São Paulo: Editoria Boitempo, 2010.

MARX, Karl. ***O capital: crítica da economia política***. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.1, tomo 2.

MÉSZÁROS, István. ***Filosofia, ideologia e ciência social***. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. ***O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI***. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. ***Para além do capital***. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. ***Lukács e a crítica da filosofia burguesa***. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NOVAES, Henrique T. ***O retorno do caracol à sua concha***. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINASSI, Maria Orlanda. ***Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica***. São Paulo: Boitempo, 2009.

WEBER, Max. ***Economia e sociedade***. Brasília: Editora UNB, 2009, v.1.